

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

JOSÉ ANTONIO CORRÊA DA SILVA MOREIRA

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO MUNICIPAL

SÃO PAULO

2023

José Antonio Corrêa da Silva Moreira

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Anny Karine de Medeiros

São Paulo

2023

Ficha Catalográfica

MOREIRA, José Antonio Corrêa da Silva

Impacto do Programa Bolsa Família para o Desenvolvimento Econômico Municipal./ José Antonio Corrêa da Silva Moreira. São Paulo/ SP: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f. 72

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Anny Karine de Medeiros

José Antonio Corrêa da Silva Moreira

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 25 de Setembro de 2023

Profa. Dra. Anny Karine de Medeiros
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO
Presidente – Orientadora

Profa. Dra. Raquel Sobral Nonato
Fundação Getúlio Vargas – FGV
Examinador externo

Prof. Me. Renato Eliseu Costa
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE
Examinador externo

Dedico esta dissertação a Suely e Helena, cujo apoio e amor iluminaram cada página deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Perseu Abramo e a FLACSO pela incrível oportunidade de participar deste curso.

À professora Dra. Anny Karine de Medeiros pela enorme ajuda durante a produção deste trabalho.

E aos professores e colegas, tão importantes durante todo o processo.

Muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação busca entender a relação entre desenvolvimento econômico e a distribuição de recursos do Programa Bolsa Família em municípios brasileiros no período de 2014 a 2020. Tendo como hipótese básica que programas de distribuição de renda podem influir diretamente no desenvolvimento econômico. Analisaremos doze municípios, com tamanhos e volumes de repasse de recursos do Programa Bolsa Família diversos, para tentar identificar uma relação entre estes repasses e o crescimento econômico.

Utilizaremos uma abordagem quantitativa, para tentar identificar se há ou não relação, além de verificar se esta relação se dá de forma diferente conforme o número de habitantes do município se altera.

Palavras-chaves: Programa Bolsa Família; Desenvolvimento Econômico; Transferência de Renda.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the relationship between economic development and the distribution of resources from the PBF in Brazilian municipalities from 2014 to 2020. With the basic hypothesis that direct income distribution programs can directly influence economic development. We will analyze twelve municipalities, with different sizes and volumes of resources transferred from the Bolsa Família Program, in an attempt to identify a relationship between these transfers and economic growth. We will employ a quantitative approach to determine whether or not there is a relationship and to assess whether this relationship varies as the municipality's population size changes.

Key words: Bolsa Família Program; Economic Development; Income Transfer

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Crescimento do PIB dos municípios e do Brasil.....	52
Tabela 2:Dados do municípios e do Brasil em 2017.....	55
Tabela 3:Dados utilizados para a correlação dos municípios e do Brasil.....	56
Tabela 4:Dados do municípios próximos a média nacional.....	57
Tabela 5:Dados do municípios com repasses acima da média nacional	58
Tabela 6:Dados do municípios com repasses abaixo da média nacional.....	58
Tabela 7:Dados dos municípios Até 5.000 habitantes.....	59
Tabela 8:Dados dos municípios entres 5.001 e 20.000 habitantes.....	60
Tabela 9:Dados dos municípios entres 20.001 e 100.000 habitantes.....	60
Tabela 10:Dados dos municípios entres 100.001 e 500.000 habitantes.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. Introdução.....	12
1.1 Programa Bolsa Família, contexto histórico.....	14
1.2 Políticas públicas intersetoriais para combate à pobreza e à desigualdade.....	17
1.3 Caso Plano Brasil Sem Miséria.....	18
2. Programa Bolsa Família.....	21
2.1. Programas de distribuição de renda no Brasil pós-constituente.....	21
2.2. Implementação do Programa Bolsa Família.....	23
2.3. Contexto e importância do Programa Bolsa Família no combate à pobreza.	27
2.4. Efeitos do Programa Bolsa Família.....	28
2.5 Contextualização histórica.....	31
2.6 Objetivos e funcionamento do Programa Bolsa Família.....	32
2.7. Importância dos CRAS para a implementação e funcionamento do Programa Bolsa Família.....	34
2.8 CadÚnico.....	35
2.9 Condicionais.....	37
3. Desenvolvimento.....	40
3.1 Crescimento econômico.....	40
3.2 Desenvolvimento e efeito multiplicador.....	43
3.3 Desenvolvimento e crescimento econômico.....	45
3.4 Desenvolvimento no Brasil.....	46
4. Metodologia.....	49
4.1. Indicação dos procedimentos metodológicos.....	49
4.2. Correlação.....	50
5. Apresentação dos dados.....	52
5.1. A Delimitação da amostra e apresentação dos dados.....	52
5.2. Análise dos resultados.....	61
Considerações Finais.....	63
Referências bibliográficas.....	65

INTRODUÇÃO

1. Introdução

Nas últimas décadas o Brasil tem passado por diversas mudanças, nas áreas sociais e econômicas. Dentre estas mudanças vimos uma ampliação da discussão e implementação de políticas sociais, cujo foco é a inclusão social e redução das desigualdades. Em um amplo conjunto de políticas podemos destacar o Programa Bolsa Família (PBF), que tem como proposta principal o combate à miséria e exclusão social, que através da distribuição direta de renda as famílias mais vulneráveis, além de vincular estes repasses a condicionais inserem as famílias em um ciclo virtuoso que visa atacar a pobreza nos seus muitos aspectos e tem claramente relevância que vai muito além das questões econômicas.

Este estudo tentará compreender se há ou não uma relação direta entre desenvolvimento econômico nos municípios brasileiros e a distribuição de recursos do Programa Bolsa Família por habitante. Tendo como instrumento a análise quantitativa dos dados de doze municípios no período de 2014 a 2020, é possível que consigamos verificar se a distribuição direta de renda tem ou não impacto relevante nos indicadores econômicos locais. Tentar verificar se os programas de transferência de renda, além de relevante instrumento para a redução da pobreza atuam como impulsionador do crescimento econômico.

É possível verificar, na bibliografia já produzida sobre o tema o êxito do Programa Bolsa Família em sua função principal, melhora das condições de vida das famílias em condição de vulnerabilidade, no entanto, é premente a necessidade de investigar os efeitos secundários produzidos por esta política pública. Desta forma tentaremos compreender melhor os efeitos da renda disponível como estimulador da demanda agregada, e se com através de uma regressão linear é possível identificar alguma tendência relevante para o processo de desenvolvimento social associado ao efeito multiplicador proveniente dos recursos disponibilizados nos programas de distribuição de renda e se esse efeito guarda alguma relação com o desenvolvimento econômico regional.

Também tentaremos verificar como se dá a relação entre crescimento econômico e repasses de programas de distribuição direta de renda, utilizando como amostra o Programa Bolsa Família. Verificaremos se é possível estabelecer uma relação entre os repasses e ciclos virtuosos na economia, e ainda, se esta relação é linear e direta ou se sofre

interferências de outras variáveis, como tamanho e a dinâmica econômica específica de municípios.

A metodologia utilizada neste estudo será de caráter quantitativo e utilizaremos para a análise um cruzamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Utilizaremos estes dados para definir o valor do repasse feito pelos PBF por Habitante nos municípios selecionados e posteriormente verificar como a variação do Produto Interno Bruto (PIB) destes municípios se comportou durante o período analisado.

Durante a discussão do referencial teórico, buscaremos apresentar as principais características do PBF, bem como apresentar as discussões entre sua implementação e desenvolvimento econômico. Serão apresentados diversos autores que tratam da questão dos Programas de distribuição direta de renda. A discussão teórica permitirá ampliar a compreensão dos possíveis impactos desta política, tanto no aspecto social como econômico.

Este estudo tentará não só confirmar ou refutar hipótese de que há uma relação entre programas de transferência direta de renda e desenvolvimento econômico. Mas também identificar nuances que permitam compreender melhor a realidade dos municípios e a relevância dos repasses federais.

A interseção entre políticas sociais e desenvolvimento econômico é um elemento muito relevante para que possamos decidir o melhor caminho para as políticas públicas.

Avaliando a realidade brasileira é possível verificar a necessidade de identificar as relações entre programas sociais e expectativas econômicas. A busca por eficiências, princípio da administração, e as necessidades de produzir programas sociais eficazes, nos levam a avaliar as diversas dimensões pelas quais estes programas produzem efeitos, assim devemos observar de maneira minuciosa os aspectos tanto positivos como negativos produzidos pelos programas e produzir bases teóricas que permitam auxiliar a tomada de decisão sobre a implementação de futuras políticas públicas.

Este estudo tentará auxiliar na compreensão das relações entre o desembolso de recursos públicos nas transferências diretas de renda e um possível ganho de dinamismo econômico, para que assim possamos verificar se este aporte financeiro auxilia, não só as famílias beneficiárias, mas também o desenvolvimento econômico da comunidade onde estão estes beneficiários residem.

1.1. Programa Bolsa Família, contexto histórico

Ao longo dos últimos anos o Brasil produziu uma série de políticas públicas com diversos objetivos, tais como garantir acessos a água, transporte, moradia, educação superior e outros elementos garantidores de dignidade, inclusão e cidadania. Dentre as diversas políticas públicas implementadas o Programa Bolsa Família, possivelmente figura entre as mais conhecidas e respeitadas.

Podemos dizer o Programa Bolsa Família é uma das políticas públicas mais exitosas no cumprimento de seus objetivos, “combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres” (WEISSHEIMER, 2006, p. 25). O Programa Bolsa Família foi capaz de alcançar milhões de brasileiros e melhorar de forma considerável diversos indicadores sociais através da distribuição de recursos e das contrapartidas exigidas para a manutenção dos recebimentos dos benefícios.

Sobre a existência de programas desta natureza “é importante destacar que transferências de renda focalizadas nos mais pobres já existe no Brasil desde a década de setenta” (ROCHA, 2011, p.115). No entanto, a longa trajetória dos programas sociais no Brasil toma formas mais parecidas com o que temos hoje a partir da Constituição Federal de 1988, não à toa conhecida como Constituição Cidadã.

Os primeiros programas de transferência de renda com abrangência no âmbito nacional têm início na década de 90. Após a apresentação do projeto de lei elaborado de senador Eduardo Suplicy para a criação do Programa Garantia de Renda Mínima, cujo objetivo era transferir renda sob a forma de imposto de renda negativo para todos os brasileiros com mais de 25 anos e renda inferior a um patamar pré-determinado (SILVA, 2014).

O Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1991, proposto pelo senador, continuaria tramitando e sofrendo emendas na Câmara dos Deputados por um longo tempo (SUPLICY, 2004), só sendo aprovado e sancionado em 2003, já no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em meados da década de 90 a implementação de programas de caráter local, baseados no Programa Garantia de Renda Mínima são implementados em municípios como Campinas, Ribeirão Preto e Santos, no estado de São Paulo (SILVA, 2014), e o Programa Bolsa Escola no Distrito Federal. (SUPLICY, 2006).

Com apoio do Governo Federal avançam as iniciativas locais em todo o país, como nos diz Suplicy:

Em 1996, acompanho o professor Philippe Van Parijs, então Secretário geral da BIEN, numa audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual chamou alguns ministros e assessores, além do deputado Néelson Marchezan. Van Parijs ponderou então que considerava muito positivo que se iniciasse no Brasil um programa de renda mínima associado às oportunidades de educação, pois seria uma maneira de relaciona-lo ao investimento em capital humano. A partir daquele projeto, então, foi aprovada e sancionada, em 10 de dezembro de 1997, a Lei 9.533, que autorizava o governo federal a conceder apoio financeiro, de 50% dos gastos, aos municípios instituíssem programas de renda mínima associadas a ações socioeducativas (Suplicy 2006, pg. 88).

Foi neste contexto de proliferação atabalhoada de iniciativas locais sem reais condições de operacionalização e de expectativa quanto à votação pela Câmara Federal do Projeto de Lei 2.561 que o governo federal fez aprovar um projeto de lei que previa o apoio financeiro aos governos municipais para a implementação de programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas (Lei 9.533 de 10 de dezembro de 1997). (ROCHA, 2011, p.117).

Os resultados para a implementação foram insatisfatórios, problemas que vão da baixa adesão dos municípios, dificuldades nos recebimentos dos recursos, problemas logísticos para o repasse dos benefícios e dificuldades com cadastro, assim a iniciativa foi incapaz de avançar.

Neste período avançam outras propostas de programas de transferência de renda, sobretudo associadas ao combate de outros sintomas da desigualdade, como a baixa escolarização e o trabalho infantil. Os Programas Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Bolsa Alimentação, caminharam neste sentido.

A superposição, legítima ou ilegítima, de programas de transferência de renda no que concerne ao atendimento da população pobre tornou evidente a necessidade de coordenação e controle através da criação de um cadastro único. Criado em 2001, sua implementação foi muito lenta, de modo que ao final do período Cardoso, em 2002, os ‘novos’ programas de

transferência renda continuavam atrelados a organismos governamentais diversos, sem qualquer coordenação entre si” (ROCHA, 2011, p.118).

Instituído como programa federal para a transferência de renda direta às pessoas em situação de pobreza (WEISSHEIMER, 2006), o Programa Bolsa Família unifica e reorganiza os diversos programas de transferência de renda existentes.

No final do governo Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre: PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O governo Lula, com a criação do MDS, vai incorporar e integrar essas políticas em um único programa que procura unificar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda (WEISSHEIMER, 2006, pg. 28).

No ano de 2003, no mês de outubro “por meio da Medida Provisória no 132, convertida na Lei no 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes” (CAMPELO e NERI, 2013, p. 25). Portanto, em 2003, a unificação dos diversos programas de transferência de renda existentes e o trabalho para a consolidação do Cadastro Único dão origem ao Programa (CAMPELO e NERI, 2014). Segundo Campelo e Neri o Programa Bolsa Família:

foi responsável por duas evoluções importantes para o sistema brasileiro de proteção social: unificou diversos programas similares já existentes, mas que operavam separadamente, eliminando lacunas, sobreposições e ineficiências; e conferiu uma nova dimensão ao sistema, ao passar a atender também à população pobre em idade ativa, alcançando grupos que contavam com baixíssima cobertura da proteção social, especialmente as crianças” (CAMPELO e NERI, 2014, p. 15).

O Programa Bolsa Família, que garante um piso de renda abaixo do qual ninguém poderá ficar. Na forma de programa condicional que proporciona complemento de renda as famílias, cuja renda per capita esteja à baixo de um determinado patamar, ainda garante inclusão e emancipação dos participantes através das contrapartidas sociais exigidas (SUPLICY, 2006).

É importante ressaltar que “O programa não nasceu só. Nasceu como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico.” (CAMPELO, 2013, p.15).

1.2. Políticas públicas intersetoriais para combate à pobreza e à desigualdade

A elaboração e execução de políticas públicas é uma tarefa complexa e em muitos casos exige mais do gestor público do que apenas saberes técnicos e qualificação na área de enfrentamento direto do problema definido como foco da política.

Em diversos casos as avaliações pontuais, ou focadas nos aspectos mais evidentes do problema são incapazes de apresentar um panorama adequado para a elaboração de uma política eficaz no combate de problemas sociais, isso pode refletir a dificuldade de trabalhar com arranjos institucionais complexos.

Os arranjos institucionais complexos são compreendidos como as regras e instâncias específicas estabelecidas para definir a forma de coordenação das políticas envolvendo um número significativo e heterogêneo de agentes públicos e privados, abrangendo diferentes etapas do ciclo das políticas públicas (LOTTA, 2015, p. 173).

Esta situação é bastante evidente, por exemplo no combate à pobreza e às desigualdades. A desigualdade possui diversas formas como as sociais, raciais e de gênero, que em diversos casos, sofre impacto direto das desigualdades regionais, tanto no que se refere à renda como no acesso à água, à educação, aos cuidados médicos e ao acesso à justiça, além de inúmeros outros serviços.

O combate à desigualdade, por si só, já representa um campo de trabalho extremamente amplo e complexo para a elaboração de políticas públicas. A concentração desigual de recursos e oportunidades agrava sobremaneira o combate à pobreza, problema extremamente amplo e que exige articulação de diversos atores em diferentes entes federativos. Assim, tratar aspectos da pobreza de forma isolada ou pontual dificilmente trará resultados satisfatórios.

Para atingir resultados efetivos no combate à pobreza deve-se avaliar este fenômeno de forma multidimensional e atacar suas causas a partir de estratégias intersetoriais. É necessário fazer com que atores que trabalham aspectos distintos desta questão atuem de forma coordenada

para articular frentes de enfrentamento para atacar de forma efetiva o maior número possível de fatores geradores da condição de pobreza.

1.3. Caso Plano Brasil Sem Miséria

O combate à pobreza e extrema pobreza é um trabalho extenso e bastante complexo, principalmente dada a natureza múltipla dos fatores que compõem a condição de pobreza. Há elementos indicativos bastante relevantes para que possamos delimitar o que é pobreza, como é o caso da renda.

A renda é um fator extremamente importante para auxiliar na definição de estratégias para combate à esta questão, embora programas de distribuição de renda ajudem de forma significativas em sua redução, este não pode ser o único ponto a ser abordado, já que a pobreza é um fenômeno multidimensional. O caso do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) é um exemplo bastante emblemático de como este problema deve ser enfrentado, nos diz Campello (2014):

A compreensão da pobreza como fenômeno multidimensional norteou desde o princípio o desenho do que seria uma estratégia efetiva e mais ampla de superação da pobreza. Estava claro que, para retirar da extrema pobreza as famílias com renda abaixo da linha de R\$ 70 per capita, o Plano Brasil sem Miséria precisaria se apoiar em ações de garantia de renda, mas também em ações de geração de renda, por meio de oportunidades de inclusão produtiva urbana e rural, e na melhoria do acesso a serviços públicos básicos (CAMPELLO, 2014, p. 50-51).

A renda é ponto de partida, sem o qual é muito complexo definir o público a ser atingido pelo programa, desta forma podemos identificar com clareza quem é o alvo do programa e a partir daí identificar quais suas necessidades, além de definir quais serão os atores públicos envolvidos.

Na questão da garantia de renda o Programa Bolsa Família (PBF) atuou como elemento extremamente importante, além de garantir melhor acompanhamento primário de saúde das crianças e gestantes, também garantiu maior tempo de permanência na escola às crianças de famílias atendidas pelo programa, através de sua estrutura de condicionantes.

Apesar dos avanços importante trazidos pelo PBF nos primeiros anos de sua implementação a redução da velocidade de diminuição da pobreza e extrema pobreza

demonstrou a complexidade do problema. Entre os principais aspectos está o fato de as famílias em situação de vulnerabilidade social mais intensa terem maior dificuldade de acesso aos serviços do Estado, assim com um esforço articulado entre governo federal e municípios foi iniciado, no âmbito do PBSM, os Mutirões Busca Ativa com o objetivo de identificar as famílias que faziam jus aos benefícios de PBF, mas que estavam alijadas do programa. A busca ativa associada ao fato de que a recurso do PBF passaram a variar de acordo com a severidade da pobreza criaram a possibilidade de retirar todos da faixa de extrema pobreza.

Além de deste fator, a inclusão produtiva foi de central importância para o PBSM. Um elemento marcante foi o investimento em qualificação através do programa Pronatec, que tem como finalidade melhorar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, aumentando, assim, sua segurança no emprego e elevando sua capacidade de gerar renda. Também houve inclusão produtiva no campo, através da Inclusão Produtiva Rural por meio de crédito, assistência técnica, banco de sementes, luz para todos, água para todos e aquisição de alimentos através de compras governamentais. Desta forma, o Pronatec e o Inclusão Produtiva Rural tiveram relevante papel na elevação da renda das famílias mais pobres, tanto no campo como nos centros urbanos.

Outro problema de vulnerabilidade evidente entre os mais pobres é o acesso aos serviços de saúde. Nesta frente o Governo Federal atuou com a Programa Mais Médicos, trazendo médicos para atuar em regiões onde havia carência destes profissionais e criando novos cursos de medicina para reorganizar a oferta futura de profissionais.

Por fim, Programa Brasil Carinhoso elevou a disponibilidade de creches e pré-escolas, principalmente para os beneficiários do PBF, permitindo assim que as crianças em situação de pobreza ingressem mais cedo no processo de escolarização, além de reduzir a carga de trabalho doméstico sobre as famílias mais pobres, aumentando o tempo disponível para a melhoria da qualidade de vida e busca de fontes de renda, principalmente para as mulheres mais pobres.

Indivíduos pobres podem ter sua renda complementada, e ainda continuar em situação de vulnerabilidade extremamente elevada. Os mais pobres têm maior dificuldade de acessar os benefícios do Estado, desta forma estão mais suscetíveis à não ter acesso a água, ao saneamento básico, educação, saúde e mesmo a segurança ou acesso à justiça. Assim pessoas com maior grau de pobreza estão sujeitas a maior grau de vulnerabilidade em diversos aspectos, além da renda.

Desta forma o combate à pobreza deve ser feito tendo em mente que a saída da pobreza exige a saída de uma ampla gama de fatores de exclusão social e econômica. Para propiciar esta saída o Estado deve tomar medidas e realizar ações multisetoriais, para garantir acesso a renda, aos serviços públicos e inclusão produtiva.

Para alcançar estes objetivos há necessidade de realizar ações verticalizadas, distribuindo as atribuições entre Governo Federal, estados e municípios, além de ações horizontais integrando ações e programas dos diversos ministérios e secretarias com um objetivo geral comum.

CAPÍTULO 2

2. Programa Bolsa Família

2.1. Programas de distribuição de renda no Brasil pós-constituinte.

Sobre os programas desta natureza “é importante destacar que transferências de renda focalizadas nos mais pobres já existe no Brasil desde a década de setenta” (ROCHA, 2011, p. 115). A longa trajetória dos programas sociais no Brasil toma formas mais parecidas com o que temos hoje a partir da Constituição Federal de 1988, não à toa conhecida como Constituição Cidadã. A transferência direta de renda garante autonomia e permite a cada grupo familiar identificar e amenizar os aspectos da pobreza que entendem mais urgentes. Embora haja críticas, ainda hoje, quando ao repasse em dinheiro para as famílias há diversos motivos para defender a utilização deste meio de combate à pobreza.

A liberdade das famílias na aplicação do dinheiro recebido é respeitada e podem permanecer no programa enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade. Outros autores apontam vantagens da transferência monetária direta: diminuição dos custos administrativos e redução da incidência de fraudes e desvios de recursos, além de permitir a liberdade de escolha dos produtos por parte dos beneficiários, em comparação à modalidade de distribuição do benefício in natura (SANTOS, 2011, p. 141)

Além das evidentes vantagens para a operacionalização da distribuição dos recursos, há ainda a possibilidade de dar as famílias meios para combater a pobreza em suas múltiplas formas. Este fenômeno que se expressa de maneiras diversas e que possui características distintas nos meios rural e urbano, entre as regiões e mesmos em cada domicílio não possui uma solução única e igual para todos os casos, assim a autonomia na utilização dos recursos permite as famílias organizar sua estratégia para utilização do recurso.

Os primeiros programas de transferência de renda no âmbito Nacional têm início na década de 90 após a apresentação do projeto de lei elaborado pelo Senador Eduardo Suplicy para a criação do Programa Garantia de Renda Mínima (PGRM), cujo objetivo era transferir renda sob a forma de imposto de renda negativo para todos os brasileiros com mais de 25 anos e renda inferior a um patamar pré-determinado (SILVA, 2014).

O Projeto de Lei do Senado n° 80, de 1991 continuaria tramitando e sofrendo emendas na Câmara dos Deputados por um longo tempo (SUPLICY, 2004). No entanto, outras iniciativas avançaram durante esta década.

Em meados da década de 90 a implementação de programas de caráter local, baseados no Programa Garantia de Renda Mínima, são implementados em municípios como Campinas, Ribeirão Preto e Santos (SILVA, 2014), assim como o Programa Bolsa Escola no Distrito Federal. (SUPLICY, 2006). Sobre esta questão Bresser –Pereira diz:

Duas outras experiências significativas no Brasil merecem destaque: uma no governo FHC, com o SUS, e a outra no governo Lula, com o Programa Bolsa Família. Quando começou o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Sistema Único de Saúde, criado pela Constituição de 1988 para garantir o direito universal aos serviços de saúde, estava em crise. (...) ao final de 1996, começou uma grande reforma gerencial do SUS com base na Norma Operacional Básica (NOB) 96, ao mesmo tempo em que se definiam fontes de financiamento para os serviços. (...) Fenômeno semelhante está ocorrendo com a Bolsa Família no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Inicialmente, a ideia era a de distribuir cestas básicas em um programa denominado Fome Zero. Entretanto, logo se verificou que esse programa estava mal formulado e mal administrado. Optou-se, então, por unificar e administrar gerencialmente as diversas bolsas em dinheiro e espécie que existiam até então, dar a todas o nome de Bolsa Família e aumentar consideravelmente sua abrangência.

O resultado foi positivo. Enquanto o programa Fome Zero havia sido objeto de críticas permanentes, a Bolsa Família revelou-se efetiva em atender a um custo baixo os realmente pobres.

Existe, sem dúvida, a crítica de que esse programa não estimula o trabalho e é focado, ao invés de universal. É indiscutível, porém, que os recursos públicos estão sendo usados de modo eficiente e atendem de forma efetiva as famílias socialmente excluídas. Embora os representantes do Partido dos Trabalhadores enquanto estavam na oposição fossem críticos da Reforma Gerencial, o governo Lula vem adotando muitos dos seus princípios. O emprego de técnicas gerenciais na administração da Bolsa Família e na reforma da Previdência, assim como a exigência do Ministério da Educação de que as universidades federais que adotam o Programa de Apoio a Planos

de Reestruturação e Expansão as Universidades Federais (REUNI) elaborem planos estratégicos, são duas demonstrações desse fato. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 116)

Este momento com grande necessidade de expansão de políticas pública para a redução da pobreza e desigualdade, e uma forte urgência para a melhoria da coordenação dentre os diversos programas de transferência de renda, que embora estivessem operando ainda estavam muito fragmentados e coordenados de forma ineficaz. E o cadastro único que foi criado com o objetivo unificar o cadastro dos diferentes programas não estava sendo utilizado de forma efetiva. O que permitia um grande número de sobreposições e duplicidades o que aumentava a ineficiência na distribuição dos recursos e dificultava o pleno funcionamento dos programas.

A desigualdade representava um dos principais problemas do país e exigia uma resposta efetiva, eficiente e com capacidade de produzir resultados capazes de criar uma tendência sustentável de melhoria nos indicadores.

A criação do Programa Bolsa Família foi a solução formulada para atender as necessidades apoiados nas condições objetivas apresentadas. Unificar os diversos programas de distribuição direta de renda e centralizar os cadastros. A criação de um programa único facilitou o processo de transferência de renda, além de diminuir a possibilidade de erros e fraudes.

2.2. Implementação do Programa Bolsa Família.

Nos últimos anos o Brasil implementou um grande número de políticas públicas nas suas diversas esferas de poder. Estas políticas buscaram atender demandas latentes da população, tais como acessos a água, transporte, moradia, educação básica e superior dentre outros elementos garantidores de dignidade, inclusão e cidadania. Entre as diversas políticas públicas implementadas o Programa Bolsa Família (PBF), possivelmente, figura entre as mais conhecidas e respeitadas.

Podemos dizer o Programa Bolsa Família é uma das políticas públicas mais exitosas no cumprimento de seus objetivos, “combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres” (WEISSHEIMER, 2006, p. 25). O Programa Bolsa Família foi capaz de alcançar milhões de brasileiros e melhorar de forma considerável diversos indicadores sociais através da distribuição de recursos por meio do repasse monetário direto

para as famílias beneficiárias e das contrapartidas exigidas para a manutenção dos recebimentos dos benefícios.

O Programa Bolsa Família, instituído como programa federal para a transferência de renda direta às pessoas em situação de pobreza (WEISSHEIMER, 2006), unifica e reorganiza os diversos programas de transferência de renda existentes.

No final do governo Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre: PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O governo Lula, com a criação do MDS, vai incorporar e integrar essas políticas em um único programa que procura unificar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda (WEISSHEIMER, 2006, p. 28).

O Programa Bolsa Família surge pouco antes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, respondendo às necessidades mais prementes para a realização de políticas sociais focalizadas na escala exigida para que os compromissos do governo fossem alcançados.

Em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória no 132, convertida na Lei no 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes. (CAMPELO; NERI, 2013, p. 25).

A partir de 2003 a unificação destes diversos programas de transferência de renda e o trabalho para a consolidação do Cadastro Único dão origem ao Programa (CAMPELO; NERI, 2014). “Em janeiro de 2004 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com a atribuição de implementar a ‘política nacional de segurança alimentar e nutricional e coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do programa de transferência de renda’” (SANTOS, 2011, p. 141). “A Lei definiu o PBF como: ‘destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades’” (SANTOS, 2011, p. 145)

Segundo Campelo e Neri (2014) o Programa Bolsa Família:

Foi responsável por duas evoluções importantes para o sistema brasileiro de proteção social: unificou diversos programas similares já existentes, mas que operavam separadamente, eliminando lacunas, sobreposições e ineficiências; e conferiu uma nova dimensão ao sistema, ao passar a atender também à

população pobre em idade ativa, alcançando grupos que contavam com baixíssima cobertura da proteção social, especialmente as crianças (CAMPELO; NERI, 2014, p. 15).

O Programa Bolsa Família, que garante um piso de renda abaixo do qual ninguém poderá ficar, na forma de programa condicional que proporciona complemento de renda as famílias, cuja renda per capita esteja à baixo de um determinado patamar, ainda garante inclusão e emancipação dos participantes através das contrapartidas sociais exigidas (SUPLICY, 2006).

A legislação do PBF prevê a transferência de renda às unidades familiares que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e que têm, em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos, ou adolescentes de doze a quinze anos.

Famílias sem gestantes ou filhos na faixa etária indicada, mas que atendem o critério de extrema pobreza são também elegíveis para o programa. O valor da transferência concedida, em 2006, referia-se a um benefício (piso) básico de R\$ 50,00 para famílias em situação de extrema pobreza e um benefício variável no valor de R\$ 15,00 até R\$ 45,00. Desta forma o valor total do benefício podia variar de R\$ 15,00 a R\$ 95,00 (SANTOS, 2011, p. 146).

É importante ressaltar que “O programa não nascia só, nascia como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico” (CAMPELO, 2013, p. 15). Assim a unificação e melhoria na gestão dos programas permitiu abrir caminho para a expansão da iniciativa. “Decisões tomadas no início do governo Lula modificaram de forma fundamental a política de transferência de renda dos ‘novos’ programas” (ROCHA, 2011, p. 118). “O processo de unificação dos ‘novos’ programas sob o BF continua desde então, tendo sido alcançada, no final de 2006, a meta de atendimento de 11 milhões de domicílios” (ROCHA, 2011, p.119).

Apesar das dificuldades iniciais enfrentada, sobretudo devido a proporção única do programa, a cobertura de 11 milhões de domicílios em um período relativamente curto de tempo demonstras o sucesso na sua implementação. A solução dos problemas enfrentados com a estratégia de unificação perdurou, embora “Alguma superposição de benefícios do BF com o de outros programas subsistia em 2006, mas não chegava a 10%” (ROCHA, 2011, p. 123). Estas sobreposições continuam diminuindo, embora mais lentamente.

Por ser o maior programa de transferência de renda do mundo (SANTOS, 2011, p. 142), a sua capacidade de avançar sobre seus objetivos, sobretudo reduzir à pobreza, com a inclusão de novos beneficiários vai se tornando cada vez mais difícil. Já que com a manutenção das regras e valores atuais a redução proporcional da pobreza tende a ser cada vez menor.

O Programa Bolsa Família se mostrou um instrumento muito eficiente de combate à pobreza “com dispêndio relativamente modesto, que não chega a 1% do PIB, foi possível atingir rapidamente resultados significativos de redução da pobreza e da desigualdade de renda” (ROCHA, 2011, p. 114).

Estruturado como programa focalizado nos mais pobres, a gestão, embora subordinada ao MDS exigia participação ativa dos municípios, principalmente para a realização do cadastro e seleção dos beneficiários, partindo de metas de número de domicílios atendidos por município definida previamente pelo MDS (ROCHA, 2011, p. 114). “O acompanhamento do cumprimento de condicionalidades de Educação e Saúde no âmbito municipal e estadual é atribuição dos titulares dos respectivos órgãos locais” (SANTOS, 2011, p. 146). O programa exige dos municípios a identificação dos núcleos familiares elegíveis, a inclusão no cadastro único e o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias (SANTOS, 2011).

Este aspecto do programa foi fundamental para o seu desenvolvimento, embora a tradição clientelista e a falta de rede de Assistência social organizada fizessem com que esta forma de implementação apresentasse riscos. (ROCHA, 2011, p. 115).

Estratégias de intervenção na área social são sujeitas a alguns questionamentos e debates em muitos países, incluindo o Brasil. O problema provém das evidências de que estes programas foram tradicionalmente utilizados de forma inadequada pelas oligarquias tradicionais no poder, a fim manter o status quo (SANTOS, 2011, p. 143)

Embora a tradição clientelista no Brasil seja um elemento de preocupação o Programa Bolsa Família possui mecanismo que auxiliam a fiscalização e monitoramento dos recursos e das famílias assistidas, reduzindo a possibilidade de utilização política ou direcionamento indevido dos benefícios.

2.3. Contexto e importância do Programa Bolsa Família no combate à pobreza.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública de extrema importância e internacionalmente reconhecida pelo seu êxito no combate à pobreza (LORENZO, 2013). Criado em 2003, O Programa Bolsa Família foca no combate à pobreza e redução da desigualdade através da transferência direta de renda às famílias em situação de vulnerabilidade (PITTA, 2018).

Outro aspecto importante do programa é a imposição de condicionalidades que melhoram, de forma geral o acesso à saúde e educação para as famílias assistidas, através da exigência de controle da frequência escolar e o acesso aos serviços básicos de saúde, tais como acompanhamento pré-natal e vacinação.

As condicionalidades definidas para o PBF compõem um conjunto de ações nas áreas de saúde, educação e assistência social. Assim, as famílias beneficiárias do programa devem assumir e cumprir estes compromissos para continuar recebendo o benefício, e o poder público se responsabiliza pela oferta dos serviços públicos.

As condicionalidades em educação, saúde e assistência social dão ao programa um caráter intersetorial e exigem articulação estreita entre diferentes ministérios, secretarias de Estado e secretarias municipais (Ipea, 2010). Embora integrados ao processo como um todo, o acompanhamento da frequência escolar fica sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), enquanto o acompanhamento da agenda de saúde fica a cargo do Ministério da Saúde (MS) (MAGALHÃES JÚNIOR et al., 2013, p.95)

O Programa Bolsa Família tem despertado o interesse de diversos pesquisadores para a análise das suas mais diversas dimensões e há fortes evidências de sua efetividade.

O PBF também é objeto de pesquisa de numerosa comunidade científica internacional, incluindo universidades americanas, europeias e também da América Latina, da África, da China e da Índia. Instituições multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento têm desenvolvido pesquisas específicas sobre diferentes aspectos do programa, com interesse de divulgar a experiência para outros países. (JANNUZZI; PINTO, p. 188-189)

Tanto na sua tarefa principal, a redução da pobreza e pobreza extrema, quanto no acesso aos serviços de saúde e educação.

Nos programas de transferências de renda com condicionalidade branda, a transferência monetária é vista como um direito de cidadania, pelo menos para aqueles cidadãos que vivem em situação de pobreza. As condicionalidades vinculadas à saúde e educação, por sua vez, são consideradas parte do reforço do acesso a tais direitos (CECCHINI, 2013, p. 373).

Outro aspecto cada vez mais discutido é o potencial do programa em elevar o nível de atividade econômica local e nacional “pode-se dizer que o programa vem cumprindo funções (como a redução da desigualdade de rendimento, a redução da desigualdade regional e o aumento da atividade econômica)” (CAMPELLO, 2013, p 38), já que tem o potencial de causar variações, em alguns casos muito relevante, na demanda agregada. Assim o programa pode estimular o desenvolvimento econômico, e este estímulo pode ter relação direta como a participação dos recursos repassados como o total da renda disponível para as famílias (DENES et. al., 2018).

É possível que haja uma relação direta entre a concentração de famílias atendidas e o desenvolvimento econômico, demonstrando a efetividade do programa para a redução das desigualdades regionais.

A própria criação do PBF, em outubro de 2003, e as ferramentas de gestão surgidas ao longo de sua execução são respostas bem-sucedidas aos desafios presentes na implementação e execução de um PTRC em uma federação de dimensão territorial continental, alta heterogeneidade nas capacidades estatais dos entes federativos e marcante desigualdade regional e social (PITTA, 2018, p.37).

Esta dissertação terá como seu principal objetivo verificar a mudança das variáveis macroeconômicas em relação à média do país, dada a concentração da população atendida pelo programa, permitindo medir a efetividade e possíveis limitações da utilização do programa como elemento gerador de efeitos contra cíclicos.

2.4. Efeitos do Programa Bolsa Família

Após sua implementação em 2003 o programa avançou rapidamente e se tornou o maior programa de transferência de renda da região (CECCHINI, 2013). Após quase duas décadas de sua implementação o Programa Bolsa Família está, cada vez mais, se fortalecendo como uma

ferramenta fundamental para a consolidação do combate à pobreza, difusão de direitos e ampliação de desenvolvimento social.

Entre os programas de transferência de renda no Brasil, dois merecem atenção especial, tanto pela penetração quanto pela eficiência no combate à pobreza. O primeiro deles é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que, apesar de ser uma pensão não contributiva da Previdência do país, em termos práticos, funciona como uma política de transferência de renda direta. O BPC, programa com mais de dez anos no país, tem seus desdobramentos sociais pouco estudados (Kassouf, Oliveira e Aquino, 2011), com pagamento mensal de um salário mínimo para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiências, incapazes de manterem a si mesmos, que tenham renda familiar per capita inferior a 25% do salário mínimo vigente. O segundo deles é o Programa Bolsa Família (BF), criado para integrar a estratégia de acesso a alimentos e geração de renda do Programa Fome Zero (Aranha, 2010), cujo objetivo é promover segurança alimentar e nutricional para a população vulnerável à fome e é pautado em três dimensões, necessárias para a superação da fome e da pobreza. (SILVA e FERREIRA FILHO, 2018, p. 162)

Os resultados atingidos pelo programa são extremamente marcantes, sendo um dos elementos responsáveis pela retirada de milhões de famílias da pobreza extrema, além de promover avanço sociais e econômicos para outros milhões de famílias (GUIMARÃES et. al., 2018). Outro fator relevante do programa é sua atuação como elemento de proteção social, reduzindo a vulnerabilidade e a melhora ao acesso aos direitos básicos como saúde e educação.

Os resultados alcançados no acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF são bastante satisfatórios e demonstram um amplo envolvimento dos gestores, equipes e profissionais de saúde da atenção básica. Ademais, implica reconhecer a importância da agenda, o compromisso e oportunidade no exercício da equidade na garantia do acesso aos serviços básicos de saúde e, conseqüentemente, na redução das vulnerabilidades. (MAGALHÃES et. al., 2013, p. 99)

O acesso a transferência direta permite às famílias definir qual a melhor alocação dos recursos recebidos (PITTA, 2018), revertendo em uma melhor adequação da alocação de recursos com base nas questões pessoais, culturais e regionais. Garantindo liberdade e dignidade para as famílias atendidas pelo programa (LEÃO RÊGO e PINZANI, 2013).

O sociólogo alemão Georg Simmel, autor do livro *Filosofia do dinheiro* (publicado em 1900, agora em Simmel, 1977), mostrou que o dinheiro possui dimensões liberatórias, porque introduz, mesmo em níveis mínimos, a capacidade de escolha e de desejo das pessoas. É dotado de fortes funções simbólicas, pois torna seus portadores “pessoas mais determinadas”, mais respeitáveis e respeitadas em um mundo dominado pelas relações mercantis; torna-as mais capazes de decidir sobre suas vidas, e, por isto, mais iguais às outras. (LEÃO RÊGO e PINZANI, 2013, p. 362).

A análise dos impactos do Programa Bolsa Família no ambiente econômico é objeto cada vez mais frequente de pesquisa acadêmicas e técnicas, já que a relevância dos recursos injetados na economia tem ficado evidente, sobretudo no âmbito local e regional. Como diz Graça (2015) “o PBF tem impacto não apenas micro, mas também macroeconômico, e considerando que quanto menor for a “[...] pujança econômica de uma localidade”, mais importantes devem ser tais impactos” (p. 61).

O principal fator do Programa Bolsa Família que estimula a economia é o aumento da renda disponível para as famílias assistidas pelo programa, este aumento da renda permite as famílias ampliarem seu consumo de bens e serviços, assim elevando a demanda agregada e impulsionando o desenvolvimento da economia.

Não só com essa, mas com as diversas opiniões já elencadas neste estudo, sejam elas positivas ou negativas, reconhece-se que o programa tem sido uma das principais ferramentas na promoção do desenvolvimento humano, combate à pobreza e inclusão social, visto que se mostra como sendo uma iniciativa que eleva a renda das famílias em extrema miséria, iniciativa essa apontada como eficaz para lidar com o fenômeno da pobreza extrema. (GRAÇA, 2015, p. 59).

O programa é uma iniciativa muito relevante na elevação da renda das famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, e tem de certa forma capacidade de atuação anticíclica, de geração de demanda.

No estudo dos impactos do PBF no consumo, ou no gasto das famílias beneficiadas pelo programa, verifica-se uma tendência em comparar o programa aos 70 estímulos econômicos do tipo keynesiano, baseados na intervenção do Estado nas atividades econômicas, de modo a integrar o

mesmo com a sociedade, de maneira tal que aconteça o fortalecimento da economia por meio da distribuição e do consumo de bens. (GRAÇA, 2015, p 69-70).

Outro fator relevante é a ampliação do mercado consumidor que com garantia de uma renda mínima para as famílias cria pressão sobre os setores produtores e de comércio, estimulando o investimento para a ampliação da capacidade de atendimento da nova demanda, este ciclo virtuoso de investimento e demanda (SCHWARZER, 2013), tende a ampliar o número de empregos e em última análise pode reduzir o exército de reserva de mão de obra e ampliar os salários médios e a massa salarial, ampliando, assim novamente a demanda. “há que se ter em conta que o impacto imediato, em termos econômicos, da presença do PBF em uma localidade, é essencialmente via consumo, e que transformar esse impacto em dinamização da economia local” (COHN, 2013, p. 456).

Isto posto, a soma dos fatores indutores de desenvolvimento econômico e social promovidos pelo Programa Bolsa Família, devem ser objeto de estudo cuidadoso e os parâmetros objetivos e subjetivos que permitem o desenvolvimento devem ser analisados para que possamos ter real dimensão de suas potencialidades e limitações.

2.5. Contextualização histórica

O Programa Bolsa Família, criado em 2003 durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi gerado junto a uma série de programas sociais que mancariam profundamente o cenário nacional no que se refere a acesso a renda, cidadania e serviços públicos. O panorama histórico que envolve a criação do programa remonta as profundas mudanças econômicas e políticas que surgiram após a constituição de 1988.

A redemocratização do país após longos anos de ditadura militar emergiu em um contexto de profunda crise econômica, que tem seu auge com o desenrolar de um processo de hiperinflação, moratória e uma pressão interna e externa para redução dos gastos públicos e liberalização da economia. Estas pressões conflitavam diretamente como a necessidade de buscar atender as garantias estabelecidas na constituição.

A tentativa de estabilizar a moeda que consumiu grade parte das atenções e esforços dos governos durante a década de 90 pouco aliviou as profundas desigualdades sociais, econômicas e regionais apresentadas no contexto brasileiro.

Em 2003, embora mantendo o compromisso de responsabilidade fiscal e de controle da inflação o Governo Federal inicia o lançamento e reestruturação de diversos programas sociais, entre eles o Programa Bolsa Família. Com a unificação de programas como o programa bolsa escola e o bolsa alimentação surge o Programa Bolsa Família que fica submetido a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Desde a sua criação o Programa Bolsa Família se tornou um dos mais importantes instrumentos de combate à desigualdade do país.

2.6. Objetivos e funcionamento do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é o maior programa de distribuição de renda do Brasil (CECCHINI, 2013), com o objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade social, o programa lançado em 2003 pelo governo federal o programa tem caráter focalizado dirigido a atender a população em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica” O programa beneficia cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, o que corresponde a um terço da população, focalizando extremamente pobres”(LORENZO,2013, p.398).

As famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família recebem dinheiro diretamente em suas contas. A definição do valor a ser recebido dependerá de diversos fatores, com renda mensal per capita, número de crianças, números de adolescente e gestantes.

O PBF prevê pagamento mensal em dinheiro a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, tendo como critério para a definição do patamar a renda per capita: R\$ 85,00 mensais por pessoa, ou de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 mensais, no caso das famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, em valores atuais.(PITTA, 2018, p. 44)

Um fator fundamental para o funcionamento do programa são as condicionalidades que permitem um processo mais amplo de inclusão social, através de acesso aos serviços básicos de saúde, como vacinação e pré-natal e de educação, acompanhado pela frequência escolar (WEISSHEIMER, 2006). As condicionalidades têm como objetivo o desenvolvimento integral que ataque a pobreza nas suas mais diversas dimensões.

Como instrumento de enfrentamento da pobreza, o Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e de educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que

contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de pobreza, além de promover ações e acompanhamentos que permitam a melhoria da sua qualidade de vida.(SILVA, 2013, p. 63).

O Programa Bolsa Família com sua abordagem múltipla para enfrentamento da pobreza e desigualdade, vem se mostrando uma estratégia excepcional, tendo beneficiado quase 14 milhões de famílias (SILVA, 2014) e ajudado a retirar mais de 30 milhões de pessoa da pobreza. Outros benefícios foram observados como a melhoria nos indicadores de saúde, educação e indicadores de desenvolvimento humano das famílias atendidas pelo programa (OLIVEIRA, 2010).

A pesar dos avanços observados ao longo dos quase 20 anos do programa ainda podemos observar muitos desafios a serem enfrentados.

De acordo com o que foi analisado e refletido sobre a consolidação do Programa Bolsa Família, conclui-se que há muitos limites e grandes desafios a serem enfrentados pelo programa e que superá-los significa romper com as barreiras que o capitalismo impõe a sociedade brasileira, através do domínio sobre a política e a economia do país, que tendem a estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico pautado nos interesses e princípios da lógica do capital. Nesse sentido, ao se submeter ao processo de acumulação do capital, o país implementa políticas sociais voltadas para o enfrentamento às contradições sociais, através de programas de transferência de renda tais como o Programa Bolsa Família, que são marcados pela limitação, precarização e focalização no seu desenvolvimento, não conseguindo dessa maneira provocar impactos e resultados significativos na superação da pobreza. (SILVA, 2014, p. 75).

Ainda há um grande número de famílias em situação de vulnerabilidades e ampliar o programa nos seus mais diversos aspectos é uma perspectiva necessária, torná-lo mais eficiente nos seus objetivos principais e conseguir estender sua cobertura à todas as famílias elegíveis, além de reformular as condicionalidades de forma a garantir uma cidadania plena são desafios que ainda devem ser enfrentados.

Assim, podemos dizer que o Programa Bolsa Família é um grande fator para os avanços sociais conquistados nos últimos anos, porém há a necessidade de revisão e aprimoramento constantes para sanar suas deficiências e ampliar suas potencialidades. “Ancoro o meu julgamento na genética antipauperista do PBF: o PBF tem um grande potencial, se move nesse gesto refundador na direção de realizá-lo, mas ainda precisa avançar sem ambiguidades para cumprir sua vocação”(KERSTENETZKY, 2013, p. 471).

Para ter acesso a transferência direta de renda as famílias devem integrar o Cadastro Único (CadÚnico) que é o banco de dados utilizado pelo Governo Federal para centralizar informações sobre os inscritos nos programas do sistema único da assistência social (SUAS). “A implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal foram, sem dúvida, conquistas importantes para a proteção social brasileira na última década” (RATMANN et al, 2013, p. 45).

O cadastramento é feito pelos municípios e é atualizado periodicamente com informações acerca da composição familiar, renda, dados dos membros do núcleo familiar, além de outras informações que auxiliam a definir o perfil socioeconômico e a identificação dos membros da família

Com base nestes dados o governo define quais são as famílias elegíveis para programas sociais, como o Bolsa Família e neste caso define qual será o valor recebido por cada família. O Cadastro Único permite ao governo organizar a forma como os diversos programas sociais irão se relacionar, permitindo a integração da rede de assistência social.

2.7. Importância dos CRAS para a implementação e funcionamento do Programa Bolsa Família

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tem um papel de extrema importância para o funcionamento do Programa Bolsa Família (COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013). Os CRAS foram criados em 1999 sob o nome de Núcleo de apoio à Família (NAF), e em 2004, no bojo de uma nova abordagem das políticas de assistência social passaram se chamar CRAS e atuar como espaço de recebimento de demandas da área social, uma porta de entrada ao SUAS, através de prestação de serviços como cadastramento e atualização do CadÚnico, orientações e encaminhamentos sobre os mais diversos serviços dos SUAS, além de trabalhar junto as famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Como programas de transferência de renda, atendimento psicossocial, atividade culturais, de lazer e educacionais.

O ano de 2004 constitui um marco na trajetória de construção do novo modelo de proteção social brasileiro, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a instituição do PBF e a aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Cria-se o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), (COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013, p. 49)

Com um papel informativo muito forte, é através dos Cras que as famílias podem buscar informações sobre os mais diversos programas e políticas públicas da área social, além de se cadastrar no CadÚnico a fim de buscar inclusão nos programas sociais. Com o passar dos anos o CadÚnico torna-se porta de entrada não só para o bolsa família, mas para a inclusão social das famílias em diversos programas, sendo fundamental para o acesso a cidadania.

Os Cras também têm papel fiscalizador em Programas como o Bolsa Família, já que são as equipes dos CRAS (compostas por equipes multiprofissionais com a presença obrigatória de assistentes sociais e psicólogos) que são responsáveis pelas alterações cadastrais e verificação do cumprimento das condicionalidades. Além de prestar outros serviços com objetivo reduzir ou prevenir situações de vulnerabilidade através de atividades socioeducativas.

Os Profissionais ligados aos Cras, além dos programas sociais, levam informações extremamente relevantes as famílias sobre educação, saúde, higiene, alimentação, além da valorização e fortalecimento dos vínculos familiares e da comunidade.

2.8. CadÚnico

O cadastro único para programas sociais é um importante instrumento de coleta, registro e organização de dados cadastrais socioeconômicos das famílias que são usuárias dos programas abarcados pelo Sistema Único de Assistência Social, “Contudo, o elemento central para a concepção e a implementação do plano foi o CadÚnico, que concentra em um só instrumento atividades de registro, diagnóstico e seleção de público para uma série de iniciativas” (CAMPELO, 2013, p. 22). Sendo criado em 2001, ainda durante o governo Cardoso tem como objetivo principal permitir a identificação de famílias de baixa renda e facilitar a verificação dos

principais fatores responsáveis por esta vulnerabilidade, assim permitindo direcionar as políticas públicas e programas sociais de maneira mais efetiva.

O CadÚnico registra informações de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e, portanto, abrange um público significativamente maior que aquele do programa. O Cadastro deve, por princípio, ser o registro administrativo no qual se baseia uma gama de políticas sociais e, neste sentido, pode e deve ser entendido como algo maior do que o Bolsa Família. Ao mesmo tempo, entretanto, sabe-se que o esforço para a construção de um registro administrativo do porte do CadÚnico só seria viabilizado se houvesse um forte programa usuário. Este programa foi o Bolsa Família. (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p.30)

O cadastramento é realizado pelos municípios, “O CadÚnico e o PBF, ao contrário, foram criados sobre a estrutura descentralizada da assistência social – isto é, do (então) embrionário Sistema Único de assistência social (Suas)” (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p.30). O responsável pela família deve ir até um posto de atendimento do CadÚnico e lá um agente do programa realizará a coleta das informações familiares tais como renda, número de membros escolaridade, etc. estas informações serão incluídas no banco de dados do sistema e poderão ser utilizadas como base para a inclusão da família em diversos programas sociais.

Embora tenha papel fundamental para a seleção e definição de elegibilidade para os mais diversos programas sociais o CadÚnico também pode ser utilizado como ferramenta de gestão de políticas sociais. Como o sistema permite centralizar as informações e definir os perfis das famílias cadastradas ele pode auxiliar na avaliação das necessidades de mudanças nos programas e monitorar o impacto dos programas sociais nas famílias assistidas.

A necessidade de indução de políticas para um público específico em escala nacional e o caráter intersetorial e intergovernamental do Brasil Sem Miséria elegeram o CadÚnico como principal instrumento de gestão do plano. Para além de quantificar as famílias e transferir renda, verificou-se uma infinidade de possibilidades de utilização do CadÚnico: direcionar vagas de cursos de qualificação profissional, oferecer serviços de assistência técnica e extensão rural, prover o acesso à água e a tarifas reduzidas de energia elétrica à população mais pobre do país, são apenas alguns exemplos. Neste sentido, o CadÚnico consolidou-se como instrumento básico para identificação do público, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações do plano (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p.40).

O Cadastro único para programas sociais, desde sua criação, vem passando por constantes atualizações, afim de facilitar a coleta e ampliar o número de informações disponíveis (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). Além de avanços nas estratégias de coleta dos dados como a ampliação no número de postos de coleta de dados, utilização de aplicativos e a busca ativa por famílias elegíveis para programas sociais.

2.9. Condicionalidades.

O programa atua de maneira articulada em três eixos, transferência de renda para alívio imediato dos sintomas da pobreza, exigência de condicionalidades para a superação dos efeitos crônicos da pobreza e implementação de ações e programas complementares para auxílio no desenvolvimento das famílias (MUNARETTO, 2015), assim permitindo atacar a pobreza como fenômeno multidimensional.

São condicionalidades do PBF, de acordo com o art. 3º da Lei nº 10.8368 de 9 de janeiro de 2004, os arts. 27 e 28 do Dec. 5.209, de 17 de setembro de 2004 e as Portarias Interministeriais MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004 e MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004:

“I - Na área de educação, a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal de crianças ou adolescentes de 6 a 15 (seis a quinze) anos de idade que componham as famílias beneficiárias, matriculados em estabelecimentos de ensino”

“II - Na área de saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestante, nutriz ou criança menores de sete anos” (SANTOS, 2011, p. 146).

Desta forma as Condicionalidades são ponto fundamental do programa, as contrapartidas educacionais e de saúde fazem com que o programa, além de prover alívio imediato das condições de pobreza e fome, ainda melhorava o acompanhamento médico e escolar entre os beneficiários (CAMPELO; NERI, 2013). Desta forma fortalecendo o combate a baixa escolarização da população mais pobre e melhorando indicadores gerais ligados a saúde e mortalidade infantil e materna. No âmbito educacional é possível observar que o programa

auxiliou na redução da desigualdade educacional, reduzindo a evasão e a desvantagem com relação a aprovação observada entre os beneficiários. (CAMPELO; NERI, 2013)

Há críticas quanto a exigência de condicionalidades para a manutenção do benefício, já que as exigências descaracterizariam o benefício como direito, uma vez que o não cumprimento implicaria na suspensão ou cancelamento do mesmo. Porém, os potenciais efeitos benéficos suplantam os questionamentos. “Um dos diferenciais do PBF foi incorporar a ideia de condicionalidades que estariam induzindo comportamentos positivos, potencialmente capazes de auxiliar na inclusão social das famílias” (SANTOS, 2011, p. 155).

(...)alguns relatos indicaram que o Programa pode de fato permitir uma interrupção no ciclo intergeracional da pobreza, uma vez que oportuniza a permanência das crianças na escola. Ou seja, as famílias percebem que o programa pode ter efeitos a longo prazo. (SANTOS, 2011, p. 156-157).

Esta percepção também pode ser observada nas famílias incluídas no programa, “Entre as beneficiárias que conhecem as condicionalidades e forneceram sua opinião a respeito, 88% considerou que as condicionalidades eram boas (SANTOS, 2011, p. 155). O impacto do programa vai muito além da simples distribuição de renda, já que o acompanhamento escolar e de saúde podem produzir efeitos duradouros. “Há evidências de que o PBF reduz a prevalência de baixo peso ao nascer e a mortalidade infantil, seja por doenças infectocontagiosas, desnutrição ou diarreia” (CAMPELO; NERI, 2014. P.15), as condicionalidades fortaleceram o atendimento básico de saúde, elevando as taxas de vacinação e amamentação, além de reduzir as taxas de hospitalização das crianças atendidas. (CAMPELO; NERI, 2014)

As condicionalidades têm por objetivo garantir a emancipação das famílias, retirando-as da condição crônica de pobreza, mas para que sejam atendidas há necessidade de fiscalização e imposição de sanções para o não cumprimento.

O artigo 25 do Decreto no 5.209/04 normalizou a manutenção do benefício e estabeleceu os casos de bloqueio e/ou cancelamento de benefício nos casos de: (I) comprovação de trabalho infantil na família; (II) descumprimento de condicionalidade que acarrete cancelamento ou suspensão do benefício concedido; (III) comprovação de fraude ou prestação deliberada de informações incorretas no cadastramento; (IV) desligamento por ato voluntário do beneficiário ou determinação judicial; (V) alteração cadastral na

família, que implique a inelegibilidade ao Programa; (VI) aplicação de regra existente na legislação relativa a Programas Remanescentes. (SANTOS, 2011, p. 146-147).

As condicionalidades devem ser cumpridas pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, para que mantenham o recebimento regular dos benefícios, esta estratégia promove a autonomia, já que induz a mudanças comportamentais e socioeconômicas, promovendo mudanças efetivas e duradouras extremamente positivas sobretudo na área da educação e saúde.

Na educação, esperava-se que as condicionalidades reduzissem os indicadores de evasão e regularizassem a trajetória escolar, permitindo melhores médias de frequência e aprovação e menor defasagem idade-série para as crianças das famílias beneficiárias. Ao longo de dez anos, tais objetivos foram alcançados. As condicionalidades contribuíram para a redução das taxas de crianças fora da escola, tanto para meninos quanto para meninas, em todas as faixas entre os 6 e os 16 anos. (Campello, 2013, 19)

A obrigatoriedade do cumprimento de frequência mínima as aulas e acompanhamento de saúde obrigou a uma maior articulação entre os agentes públicos responsáveis pelas áreas de saúde, educação e assistência social, já que há a necessidade de verificação do cumprimento das condicionalidades, além de atribuir as famílias a obrigatoriedade do acompanhamento das crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 3

3. Desenvolvimento

3.1 Crescimento Econômico

Desde início do século XXI a questão de como induzir desenvolvimento a partir de políticas públicas retornou ao cenário político nacional. Assim, as questões referentes a forma de como o Estado deve empregar seus recursos para que o desenvolvimento econômico ocorra de forma mais célere e sustentável possível tomou parte significativa dos espaços de discussão política do país.

Há uma imensa gama de possibilidades de dispêndio de dinheiro público para tentar atingir avanços econômicos, assim como existem diversas opiniões sobre este tema, há analistas que defendem desonerações setoriais ou mesmo redução generalizada da carga tributária, há defesa da necessidade de subsídios para a produção e para o crédito, ou investimento dos recursos do Estado em contratação de serviços e produtos. Para Bresser-Pereira:

A estratégia nacional de desenvolvimento ganhará sentido e força quando suas instituições – sejam as de curto prazo, que chamarei de políticas ou políticas públicas, sejam as relativamente permanentes (as instituições em sentido estrito) – responderem às necessidades da sociedade, quando forem compatíveis com a dotação de fatores de produção da economia, ou, mais amplamente, com os elementos que compõem a instância estrutural da sociedade. (BRESSER-PEREIRA, 2007, P.15)

O Programa Bolsa Família, que surge como alternativa para o enfrentamento da pobreza, cria um laboratório gigantesco que nos permite avaliar quais suas consequências como elemento indutor de desenvolvimento local, desta forma é possível avaliar se programas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, têm capacidade de induzir desenvolvimento econômico, através da injeção de recursos na economia local.

O desenvolvimento econômico tem caráter amplo, podendo ser observado sob diversos prismas. Uma vez que pode ser definido como a melhora de indicadores tanto sociais quanto econômicos, está ligado diretamente a um aumento na produção de bens e serviços, além de poder ser relacionado a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos pertencentes a um grupo.

Há inúmeras forma possíveis de medição para o desenvolvimento econômicos, a redução da pobreza, aumento da renda per capita, aumento da expectativa de vida, ampliação da atividade econômica, avanço das bases tecnológicas produtivas, etc.

O capitalismo é um sistema econômico coordenado pelo mercado, no qual empresas e Estados-nação competem a nível mundial, e o desenvolvimento econômico pode ser entendido como o sucesso nessa competição; dificilmente se poderá falar em desenvolvimento econômico se o país estiver crescendo a taxas substancialmente mais baixas que seus concorrentes. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 14)

A variação do produto interno bruto é um elemento importante para medição da variação da atividade econômica “A primeira coisa a ser exigida de um conceito é que ele seja preciso em sua definição. É o caso do PIB: mede o valor total de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico do país durante determinado período.” (VALENTE; FEIJÓ; DE CARVALHO, 2012, p. 45), embora seja uma medida muito pobre, pois só permite mensurar a variação da atividade econômica em uma perspectiva quantitativa “O PIB não foi criado para medir o progresso, o bem-estar ou a qualidade de vida, mas tão somente para medir o crescimento econômico, através de transações que possam ser mensuradas em valores monetários”(VALENTE; FEIJÓ; DE CARVALHO, 2012, p. 44), ainda assim é um elemento importante, pois permite que vejamos com alguma facilidade as divergências quantitativas entres as variações regionais de atividade econômica.

O PIB vai medir a produção econômica total de um país ou região, o que gera uma boa base de comparação, embora não leve em conta qualidade de vida, acesso a serviços básico, ou distribuição de renda que podem ser avaliados através de outros indicadores como índice de Gini ou o IDH por exemplo.

De forma simplificada podemos dizer que o PIB é dado por (VICECONTE; NEVES, 2010):

$$\text{PIB} = C + I + G + (X - M)$$

onde:

C = Consumo privado

I = Investimentos

G = Gastos governamentais

X = Exportações

M = Importações

A diversas formas de um governo interferir no PIB, uma vez que pode fazê-lo diretamente, através dos gastos governamentais, através de estímulo ou desestímulo ao investimento privado por meio da variação da taxa e juros, facilitando ou dificultando tanto importações quanto exportações através de mecanismos tributários, comerciais, ou de outra natureza, bem como estimulando o consumo privado por meio da variação da renda disponível.

O governo pode expandir sua demanda agregada, injetando recursos no setor privado por meio da compra de bens e serviços ou diminuindo sua tributação. Também pode contrair sua demanda, com diminuição de seus gastos, repercutindo na demanda por bens e serviços no setor privado, ou elevando o nível de tributação. (Bogoni; Hein; Beuren, 2011, p. 162)

O consumo privado refere-se aos desembolsos feitos pelas famílias em bens e serviços. Via de regra é um dos elementos mais importantes dos PIB, seja pelo seu volume relativo, seja pela relativa facilidade dos governos em promover alterações neste item. Essa relativa facilidade se deve a sua composição. O consumo privado é uma variação da renda disponível, que é dada por (VICECONTE; NEVES, 2010):

$$\text{Renda disponível} = \text{Renda Nacional Bruta} - \text{Impostos diretos} + \text{Transferências do governo} - (\text{Propensão a poupar} \times \text{Renda Nacional Bruta})$$

Onde:

Renda Nacional Bruta (RNB): é o valor total de renda gerada por todos os indivíduos e empresas dentro de um país em um determinado período de tempo.

Impostos diretos: são os impostos cobrados diretamente da renda das pessoas e empresas, como imposto de renda, impostos sobre propriedade e impostos sobre vendas.

Transferências do governo: são os pagamentos feitos pelo governo para ajudar a compensar os impostos ou outros custos, como aposentadorias, pensões e subsídios.

Propensão a poupar: é a proporção da renda disponível que as pessoas ou famílias decidem economizar em vez de gastar.

3.2. Desenvolvimento e Efeito multiplicador

O efeito multiplicado é um fenômeno que representa o impacto da circulação de recursos dentro de um sistema econômico. Este fenômeno é a capacidade de uma injeção de recursos tem de gerar um impacto maior que o seu valor inicial (VICECONTE; NEVES, 2010) “Os investimentos em infraestrutura, por exemplo, podem fomentar um efeito multiplicador (efeito circular) interno que repercutirá positivamente na economia e na sociedade. Trata-se de uma reelaboração da teoria da demanda efetiva de Keynes aplicada à realidade brasileira” (SILVEIRA; JULIO, 2013, p. 206).

Quando um agente econômico utiliza um montante de recursos financeiros, este dinheiro entra no ambiente macroeconômico através da compra de bens, serviços, ou como no caso do Programa Bolsa Família transferência direta de renda, que posteriormente se traduzirá no consumo de bens e serviços pelas famílias (CIEL, 2021). Este recurso ao entra no ciclo econômico é transferido entre as empresas e famílias algumas vezes, fazendo com que o valor deste recurso para o crescimento do produto interno bruto seja maior que o valor inicialmente introduzido (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

Calcular o efeito multiplicador do Programa Bolsa Família é uma tarefa bastante complexa, pois dependerá de inúmeras variáveis, sobretudo do contexto econômico local e a propensão marginal a poupança e a consumo das famílias envolvidas.

Outro impacto importante é a ampliação por demanda de serviços públicos, principalmente de saúde e educação, já que as condicionalidades obrigam as famílias assistidas pelo programa a manter as crianças na escola e o calendário de vacinação em dia.

Os programas de incentivo à demanda com condicionalidade forte têm como principal objetivo promover o desenvolvimento humano da população pobre, o que, na prática, significa aumentar seus níveis de utilização da educação pública e os serviços de saúde, eliminando as barreiras de acesso. Nestes programas, a interpretação dos problemas enfrentados pelas famílias pobres concentra-se na carência de capacidades humanas, agravada pela falta de acesso aos serviços básicos, seja por problemas de demanda (falta de compreensão das famílias a respeito dos retornos do investimento em capital humano) seja de oferta (falta de acesso aos serviços sociais). Portanto, a transferência monetária é um instrumento que serve como incentivo a uma mudança de comportamento das famílias pobres, visando torná-las mais

dispostas ao investimento nas capacidades humanas em educação e saúde e como mecanismo de financiamento dos custos de acesso à educação e aos serviços de saúde. (Cecchini, 2013, p.374)

Assim as famílias passam ampliar a pressão por transporte escola, vagas nas escolas e maior facilidade de acesso aos serviços de saúde. Desta forma a necessidade de investimentos para melhora destes serviços também levaria a uma ampliação da atividade econômica induzida por elementos ligados ao Programa Bolsa Família, porem de forma indireta.

Deve-se mencionar, ainda que brevemente, estudos que mostram os efeitos positivos do programa para além dos seus próprios beneficiários. Mostafa, Souza e Vaz (2010) sugeriram que os recursos aplicados no programa teriam, em 2006, o efeito multiplicador no PIB de 1,44, e de 2,25 na renda familiar total. Ou seja, o gasto adicional de 1% do PIB no programa geraria um aumento de 1,44% do PIB e de 2,25% na renda das famílias (CAMPELO, 2013, p. 38).

Programas de transferência de renda estimulam o consumo ampliando a renda disponível para as famílias, este fenômeno se propaga por todo o conjunto da economia melhorando outros fatores que levam ao crescimento” Pesquisas anteriores sobre os efeitos multiplicadores do Programa Bolsa Família feitas a partir de diferentes modelos concluíram que uma expansão pura dessa transferência produz efeitos positivos sobre a produção e sobre a renda das famílias” (NERI; VAZ; SOUZA, 2013, p. 197). A elevação da renda amplia a demanda fazendo com que a capacidade ociosa seja ativada e amplie a demanda por mão de obra, que pode gerar um ciclo virtuoso que reduz o desemprego e eleva a massa salarial, desta forma ampliando ainda mais a renda das famílias e reiniciando o ciclo.

De qualquer forma, tais resultados refutam a hipótese de que a falta de mão de obra no Nordeste ou outras regiões do Brasil decorreria de um suposto efeito “preguiça” do programa, que retiraria trabalhadores da força de trabalho no país. Ao contrário, como mostraram estudos de vários pesquisadores, o Programa Bolsa Família tem contribuído para manter o dinamismo econômico no país, em virtude do efeito multiplicador no consumo de alimentos e bens duráveis que as transferências de renda têm criado junto a segmentos antes excluídos do mercado consumidor nacional. (JANNUZZI; PINTO, 2013, p. 187)

A única questão que deve ser ressaltada como aspecto negativo é a possibilidade de que a capacidade de produção esteja totalmente ocupada, isto poderá levar a uma inflação por demanda o que corrói o valor nominal dos salários e reduz, de forma real a renda das famílias. Mas veja que este estado específico da economia pode ser revertido com estímulos a oferta com facilitar o fluxo de circulação de mercadorias e serviços, além do investimento em ampliação da produção. É fundamental que o governo fique atento a todos os efeitos micro e macroeconômicos produzidos pelas suas ações, sejam elas diretas ou indiretas.

Os resultados mostram que as transferências que privilegiam as famílias mais pobres têm os maiores efeitos multiplicadores. O Programa Bolsa Família, em particular, apresentou os melhores números entre as sete transferências sociais para todos agregados de interesse. No caso do PIB, o multiplicador foi de R\$ 1,78; ou seja, cada real adicional gasto no PBF estimularia um crescimento de R\$ 1,78 no PIB. O maior efeito do PBF foi sobre o consumo final das famílias, com multiplicador de R\$ 2,40 (NERI; VAZ; SOUZA, 2013, p. 204).

Focalização ajuda a entender o bom desempenho observado no efeito multiplicador, já que a focalização do Programa Bolsa Família direciona os recursos as famílias de menor renda, que possuem menor propensão marginal a poupar, ou seja, possuem maior propensão marginal ao consumo.

Quanto mais direcionadas para os mais pobres, maior seu efeito sobre o consumo. Os efeitos do PBF continuam muito maiores que os das demais transferências, em especial para o consumo das famílias: mais do que qualquer outra transferência, o programa beneficia diretamente famílias pobres com alta propensão a consumir e, portanto, consegue um efeito multiplicador substancialmente maior. (NERI; VAZ; SOUZA, 2013, p. 202)

3.3 desenvolvimento e crescimento econômico.

Muito se discute sobre quais devem ser as funções dos programas de distribuição direta de renda, assim como o Programa Bolsa Família. As ponderações sobre estes programas buscam elucidar a necessidade, o impacto e os objetivos destes, sobretudo no que se refere aos destinatários dos recursos. Entretanto, há grande necessidade de identificarmos, também o

impacto destes programas no conjunto do contexto socioeconômico, e identificar como a distribuição destes recursos pode alterar a dinâmica das relações no comércio e no mercado de trabalho das diversas regiões do país.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista; é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em conseqüência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2-3)

Há necessidade de verificar como os mercados locais reagem ao incremento na demanda agregada, além de mesurar o quão relevante é a entrada destes recursos para economias com diferentes tamanhos e necessidades. Também é passível de verificação quais os impactos positivos e negativos do incremento na renda da população.

Descobrir qual é a relação entre o volume de renda distribuída e a variação nos indicadores econômicos pode ajudar a definir como estes programas deverão ser trabalhados no futuro, se devemos estrutura-los para que atendam apenas aos que estão em maior situação de vulnerabilidade ou se devemos avançar em direção à uma ampliação, na direção de uma renda mínima universal paga pelo Estado.

Definir se estes programas induzem desenvolvimento ou apenas inflacionam os preços e reduzem a competitividade local é fundamental para que possamos definir os caminhos e as metas para estas políticas públicas.

3.4. Desenvolvimento no Brasil.

A gestão pública, das áreas orçamentaria e econômica são de difícil previsão e em muitos casos seu monitoramento exige uma complexa análise de dados secundários que podem acarretar em atraso nos diagnósticos e correções, com conseqüências muito prejudiciais para a execução de políticas eficientes nessas áreas.

Para minimizar as dificuldades para planejar a economia, em um país que se insere no mercado global de forma subordinada e dependente, é extremamente importante contar com quadro técnicos altamente qualificados. E não basta técnicos com boa formação teórica, mas há necessidade de profundo conhecimento do contexto latino americano, pois nosso atraso nos mais diversos campos, combinado com as ilhas de avanço e desenvolvimento concentradas em algumas áreas, cria condições muito específicas com necessidades e possibilidades próprias, que permitem avanços muito rápidos, porém carregados das disparidades próprias de sociedades fundadas na injustiça e desigualdade.

É com foco neste contexto específico que Matus vai desenvolver suas ideias, como diz BELCHIOR

É a partir dessa reflexão no âmbito da CEPAL, da sua experiência na administração pública chilena ou do seu trabalho como consultor em vários países da América Latina, que Matus constrói então a sua proposta de planejamento em oposição ao que ele denomina de planejamento tradicional (BELCHIOR, 1999, p 28-29).

Jogando com as categorias Programa de governo, Governabilidade do Sistema e Capacidade de Governo, Matus apresenta um tripé sobre o qual o plano deve se sustentar ou equilibrar.

O tripé pode sofrer influências internas e externas no ambiente político, econômico e financeiro no qual está sendo implementado. No caso de países como o Brasil, cuja economia é fortemente dependente das exportações de commodities, fatores como o câmbio e o preço internacional dos exportáveis podem alavancar ou deprimir fortemente a capacidade de governar e de implementar o planejamento proposto.

Durante a história econômica brasileiro, foram raros os momentos em que o plano foi condutor do processo, já que constantemente o processo é atropelado por choques internacionais, sobre os quais os diversos governos brasileiros não tiveram condições objetivas para manobrar e adaptar seus planos, exceto raros casos como a crise global de 2009.

A história do desenvolvimento econômico brasileiro é, em muitos momentos, sequestrada pela disputa de projetos das elites agrárias e da elite financeira, assim uma disputa entre altos juros sobre o pretexto de controle inflacionário e a baixo preço da

moeda para fechar o mercado e facilitar exportações, é travada sem levar em conta a maioria da população que hora tem sua capacidade de compra reduzida pela dificuldade de crédito e pelo baixo valor da moeda e hora tem sua massa salarial reduzida pela formação de grandes contingentes de desempregados e a impossibilidade de pensar o futuro pela instabilidade na capacidade de obtenção de renda. Assim a disputa pelos estímulos ao crescimento econômico sempre esteve entre duas propostas de seguimentos distintos de uma mesma classe, e os interesses da classe dominante, via de regra, levaram ao abandono dos planos em busca por soluções para os desequilíbrios pontuais, em detrimento de uma política econômica consistente no longo prazo. “É preciso, entretanto, que a política macroeconômica não seja frouxa no plano fiscal, não favoreça juros exorbitantes, e não se conforme com taxas de câmbio apreciadas, não competitivas.”(BRESSER-PEREIRA. 2007, p.2)

Nesse aspecto a participação popular se torna fundamental como elemento garantidor da legitimidade do plano. Um plano elaborado de forma aberta e participativa traz os componentes incorporados dos segmentos sociais diretamente interessados na política pública em questão, assim podemos criar pontos de pressão e blocos de resistência ao abandono ou desmonte do plano.

Em diversas experiências de governo do Partido dos Trabalhadores foram desenvolvidas novas possibilidades de gestão participativa, como trata Pontual (1999), estas experiências aproximaram setores da população das decisões políticas, criando novos arranjos na representação e na apropriação do planejamento pelo público atendido.

CAPÍTULO 4

4. Metodologia

4.1 Indicação dos procedimentos metodológicos

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para cruzar e analisar os dados pesquisados. Tentaremos verificar se é possível identificar uma relação entre crescimento econômico dos municípios e programas de distribuição direta de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

A abordagem utilizada será quantitativa, organizando, comparando e buscando verificar padrões que permitam identificar relações relevantes entre os dados analisados. Segundo Braga “A pesquisa quantitativa, diferentemente da pesquisa qualitativa, prevê a mensuração de variáveis predeterminadas e seus resultados podem ser quantificados” (BRAGA, 2015, p. 31)

Serão utilizados dados secundários, retirados dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Os dados considerados serão o volume de repasses referentes ao Programa Bolsa Família feitos anualmente aos municípios, e a variação do produto interno Bruto (PIB) de cada município, além da população de cada município, para que possamos avaliar o repasse *per capita*.

A definição da amostra levará em consideração dados que permitam comparar municípios em condições distintas tanto no tamanho da sua população quanto nos valores repassados através do Programa Bolsa Família com relação a população total. Serão selecionados 12 municípios com base nos dados obtidos para o ano de 2017, a análise será realizada utilizando os dados dos anos de 2014 a 2020.

A análise quantitativa será realizada através da coleta e organização dos dados disponibilizados pelas instituições. Será realizada uma análise descritiva, o cálculo das médias, e a regressão dos dados afim de identificar se há ou não relação entre o crescimento econômico e os repasses per capita e caso haja qual o grau e ainda como o tamanho dos municípios interfere nesta relação. Serão cruzados os dados dos repasses do Programa Bolsa Família por habitante com os dados demográficos e econômicos que o IBGE disponibiliza para cada um dos municípios durante o período estudado. Os dados demográficos, econômicos e relacionados a repasses do Programa Bolsa Família nacionais para o período também serão utilizados para fim de comparação.

4.2. Correlação linear.

Os dados devidamente organizados e separados, serão submetidos a uma análise de correlação, com o objetivo de avaliar a possibilidade de os repasses do Programa Bolsa Família atuarem com variável explicativa para o crescimento económico dos municípios.

A correlação tem por objetivo definir uma relação estatística entre as variáveis analisadas. Através do cálculo do coeficiente de correlação linear.

Os modelos de regressão linear fazem parte de um conjunto de ferramentas comuns entre economistas e estatísticos cujo foco é a realização de inferências, na maior parte das vezes, causais. A inferência consiste em, a partir de evidências encontradas para uma amostra, realizar generalizações de resultados para a população. Ou, de modo mais simples, há um interesse em verificar a correlação entre duas ou mais variáveis e testar o quanto se pode confiar nas estimativas encontradas. (CHEN, 2019, p. 7)

É possível definir se há uma correlação direta ou inversa. O grau de correlação será dado por um número positivo para a correlação direta e negativo para uma correlação inversa. A análise da correlação nos permitirá construir um modelo estatístico que pode nos ajudar a compreender a relação entre repasses dos programas de distribuição direta de renda e o crescimento económico. É importante ressaltar que o ambiente económico real possui nuances complexas e há um número muito grande de fatores que podem interferir nos resultados, já que analisaremos somente duas de inúmeras variáveis, é importante observar os resultados com cautela e submeter os resultados a um crivo crítico.

o instrumental da econometria é utilizado para analisar, qualitativamente e quantitativamente, relações entre variáveis. Chama-se de variável dependente ou variável endógena, y , aquela cujo comportamento será explicado pela variável x , chamada de variável explicativa, regressor ou variável independente. A ideia aqui é bastante simples; é, praticamente, estimar a equação de uma reta, (...). Tal equação é descrita como $y=a+bx$. O ponto central é, portanto, encontrar valores para a e b . Em outras palavras, queremos estimar a inclinação da reta utilizando uma amostra aleatória de dados de x e y . A inclinação nos fornece o efeito em y da mudança de uma unidade em x .(CHEN, 2019, p.11)

No nosso caso a variável endógena será o crescimento económico observado pela variação do PIB e os regressores serão os repasses per capita.

O coeficiente de correlação será obtido através da fórmula:

$$r = \frac{n \cdot \Sigma x \cdot y - \Sigma x \cdot \Sigma y}{\sqrt{[n \cdot \Sigma x^2 - (\Sigma x)^2] \cdot [n \cdot \Sigma y^2 - (\Sigma y)^2]}}$$

Onde n é o número de municípios em cada análise, já x e y serão a variável endógena e o regressor respectivamente.

No que toca as implicações éticas a abordagem será conduzida respeitando a privacidade dos indivíduos, já que os dados utilizados são públicos, já devidamente anonimizados.

CAPÍTULO 5

5. Apresentação dos dados

5.1. A Delimitação da amostra e apresentação dos dados

A hipótese básica deste estudo é que há uma relação entre programas de transferência direta de renda e desenvolvimento econômico. Verificar a veracidade ou não desta hipótese abrirá caminho para uma série de análises, como, por exemplo, se os programas induzem diretamente desenvolvimento ou se possuem uma relação marginal com esta questão. Esta relação entre desenvolvimento e programas de transferência de renda sofre influência direta dos tamanhos dos municípios? O patamar de desenvolvimento do qual o município parte causa diferentes impactos no desenvolvimento produzido pelos programas de transferência de renda?

O objetivo central deste projeto será verificar como programas de distribuição de renda se relacionam com desenvolvimento econômico nos municípios brasileiros, através da análise dos municípios com maior e menor recebimento de repasses do Programa Bolsa Família por habitante, entre os anos de 2014 a 2020.

Identificar uma relação entre programas de transferência de renda, através da análise dos impactos do Programa Bolsa Família nos municípios avaliados, e o desenvolvimento econômico nos municípios estudados facilitará o entendimento das relações das dinâmicas econômicas locais ao incremento de renda gerado pelo programa.

Os objetivos específicos do projeto serão:

- Analisar o volume de recursos distribuídos pelo Programa Bolsa Família aos municípios de São Raimundo do Doca Bezerra (MA), Vitória das Missões (RS), Doutor Pedrinho (SC), Rodeio (SC), Jijoca de Jericoacoara (CE), Mata Roma (MA), Cerquilho (SP), Prainha (PA), Paraguaçu Paulista (SP), Macapá (AP), Balneário Camboriú (SC) e Cametá (PA), entre os anos de 2014 a 2020;

- Através dos dados demográficos identificar e organizar os municípios, relacionando crescimento econômico anual e recebimento de recursos do Programa Bolsa Família por habitante;

- Evidenciar como programas de renda básica podem ter efeitos no conjunto da economia;

- Caso seja possível identificar uma relação direta através dos dados verificados, determinar como é dada a relação entre transferência de renda e desenvolvimento econômico,

como ela se expressa nos diferentes municípios estudados, quais municípios foram mais beneficiados e quais foram menos beneficiados no seu desenvolvimento econômico a partir das transferências de recursos.

O projeto terá como base uma análise quantitativa dos dados disponíveis nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para realizar o cruzamento destes dados e verificar qual é a relação entre transferências de renda do Programa Bolsa Família por habitante e o desenvolvimento econômico destes municípios ao longo dos anos entre 2014 e 2020.

Para a análise serão utilizadas dados secundários consultados através dos sistemas Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A ordenação permitirá analisar as relações diretas e verificar possíveis tendências.

A partir destes dados pretendemos realizar uma análise dos resultados destes municípios com relação à média nacional, tanto de distribuição de recursos do Bolsa Família por habitante, como de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Para realização das análises foram selecionados 12 municípios brasileiros com finalidade de comparar seus dados com os dados da média nacional.

O critério para a seleção dos municípios foi determinado a partir do número de habitantes no ano de 2017 e do valor dos repasses por habitante do Programa Bolsa Família para o ano de 2017 com relação à média nacional de repasses neste ano. Foram separados trios de municípios por faixas de número de habitantes, três municípios com até 5000 habitantes, são eles, São Raimundo do Doca Bezerra (MA), Vitória das Missões (RS), Doutor Pedrinho (SC), três com número de habitantes entre 5001 e 20000, Rodeio (SC), Jijoca de Jericoacoara (CE), Mata Roma (MA), três entre 20001 e 100000, Cerquilha (SP), Prainha (PA), Paraguaçu Paulista (SP), e três entre 100001 e 500000, Macapá (AP), Balneário Camboriú (SC) e Cametá (PA). Sendo que para cada trio um dos municípios deveria ter repasses por habitante no máximo 10% distante da média nacional, um deveria ter repasses inferiores a um quinto da média nacional para o ano de 2017 e um deve ter repasses superior a cinco vezes a média nacional, com exceção dos municípios entre 100001 e 500000 habitantes, já que não há nenhum município com mais de 100001 habitantes recebendo mais de cinco vezes a média nacional, assim foi selecionado o município com maior repasse por habitante para esta faixa.

A partir dos dados desses municípios nos bancos de dados do IBGE e do MDS iniciarei os cruzamentos e as análises pertinentes a pesquisa.

Tabela 1: Crescimento do PIB dos municípios e do Brasil

Brasil e Município	Ano							
	2014	2015	2016	2017	2018	2017	2020	Média de 2014 a 2020
Brasil	8,39%	3,75%	4,56%	5,04%	6,36%	5,50%	2,98%	5,23%
Cametá (PA)	14,86%	16,43%	15,24%	3,96%	-4,40%	0,50%	17,19%	9,11%
Prainha (PA)	-4,47%	3,32%	21,98%	9,68%	-4,60%	2,52%	15,77%	6,31%
Macapá (AP)	7,28%	2,75%	2,31%	7,06%	9,53%	4,33%	2,74%	5,14%
Mata Roma (MA)	29,56%	-3,30%	6,18%	11,28%	19,68%	-0,91%	18,15%	11,52%
São Raimundo do Doca Bezerra (MA)	23,74%	-3,09%	14,77%	-3,55%	8,13%	-5,97%	11,50%	6,50%
Jijoca de Jericoacoara (CE)	33,67%	16,81%	23,71%	15,74%	23,47%	28,85%	-13,74%	18,36%
Cerquilha (SP)	8,66%	-0,69%	12,14%	1,34%	2,71%	5,84%	3,71%	4,82%
Paraguaçu Paulista (SP)	4,36%	1,70%	20,94%	3,90%	24,38%	1,01%	6,06%	8,91%
Balneário Camboriú (SC)	12,91%	7,80%	2,47%	4,42%	7,80%	8,79%	2,87%	6,72%
Doutor Pedrinho (SC)	26,37%	10,69%	23,09%	14,26%	1,09%	4,00%	10,69%	12,89%
Rodeio (SC)	22,30%	-12,79%	4,55%	5,62%	4,16%	7,15%	6,26%	5,32%
Vitória das Missões (RS)	0,52%	12,00%	19,85%	-1,70%	15,57%	-1,93%	11,32%	7,95%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE.

A tabela a seguir apresenta a junção e cruzamento de dados extraídos dos sites do IBGE e do portal da transparência do MDS para o ano de 2017, ano utilizado como base para a escolha dos municípios que compõem a amostra. Nenhum dos municípios selecionados apresentou mudança suficiente, tanto em termos demográficos, quanto no que se refere aos repasse para que deixe de ser representativo do grupo que pretende representar.

Tabela 2: Dados dos municípios e do Brasil em 2017

Brasil e Município	População em 2017	Repasse <i>percapita</i> em 2017	Repasse em 2017	PIB em 2017	Repasse com relação aos PIB 2017
Vitória das Missões (RS)	3.422	R\$ 140,48	R\$ 480.728,00	R\$ 85.543.000,00	0,56%
São Raimundo do Doca Bezerra (MA)	4.946	R\$ 942,75	R\$ 4.662.837,00	R\$ 35.472.000,00	13,15%
Rodeio (SC)	11.488	R\$ 41,27	R\$ 474.126,00	R\$ 273.991.000,00	0,17%
Prainha (PA)	29.067	R\$ 851,60	R\$ 24.753.362,00	R\$ 302.521.000,00	8,18%
Paraguaçu Paulista (SP)	45.255	R\$ 134,87	R\$ 6.103.712,00	R\$ 1.235.308.000,00	0,49%
Mata Roma (MA)	16.745	R\$ 904,15	R\$ 15.139.922,00	R\$ 122.462.000,00	12,36%
Macapá (AP)	474.706	R\$ 148,05	R\$ 70.280.417,00	R\$ 9.996.021.000,00	0,70%
Jijoca de Jericoacoara (CE)	19.510	R\$ 140,29	R\$ 2.737.048,00	R\$ 310.187.000,00	0,88%
Doutor Pedrinho (SC)	4.043	R\$ 2,09	R\$ 8.431,00	R\$ 112.866.000,00	0,01%
Cerquilha (SP)	46.733	R\$ 8,89	R\$ 415.391,00	R\$ 1.780.603.000,00	0,02%
Cametá (PA)	134.100	R\$ 406,85	R\$ 54.558.922,00	R\$ 1.183.561.000,00	4,61%
Balneário Camboriú (SC)	135.268	R\$ 7,15	R\$ 967.827,00	R\$ 5.149.750.000,00	0,02%
Brasil	207.660.929	R\$ 139,87	R\$ 29.046.112.934,00	R\$ 6.585.479.000.000,00	0,44%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE e MDS.

Tabela 3: Dados utilizados para a correlação dos municípios e do Brasil

	Repasse <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Cametá (PA)	406,85	0,09	37,06	165.528,97	0,01
Prainha (PA)	851,60	0,06	53,77	725.216,98	0,00
Macapá (AP)	148,05	0,05	7,61	21.918,92	0,00
Mata Roma (MA)	904,15	0,12	104,16	817.479,69	0,01
São Raimundo do Doca Bezerra (MA)	942,75	0,07	61,31	888.775,85	0,00
Jijoca de Jericoacoara (CE)	140,29	0,18	25,75	19.681,14	0,03
Cerquilha (SP)	8,89	0,05	0,43	79,01	0,00
Paraguaçu Paulista (SP)	134,87	0,09	12,01	18.190,93	0,01
Balneário Camboriú (SC)	7,15	0,07	0,48	51,19	0,00
Doutor Pedrinho (SC)	2,09	0,13	0,27	4,35	0,02
Rodeio (SC)	41,27	0,05	2,20	1.703,33	0,00
Vitória das Missões (RS)	140,48	0,08	11,17	19.735,08	0,01
Σ	3.728,44	1,04	316,23	2.678.365,44	0,11

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE e MDS.

Quando aplicada ao conjunto de dados dos 12 municípios selecionados para o estudo o índice de correlação é de - 3,4%. Um índice de correlação tão próximo de zero mostra que para este conjunto de dados não é possível identificar qualquer correlação entre

o repasse de recursos por habitante e o crescimento médio no período.

Quando tentamos verificar a correlação entre os dados apenas para os municípios que receberam valor próximo a média nacional, conforme apresentado na tabela

Tabela 4: Dados dos municípios próximos a média nacional

	Repasse <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Macapá (AP)	148,05	0,05	7,61	21.918,92	0,00
Jijoca de Jericoacoara (CE)	140,29	0,18	25,75	19.681,14	0,03
Paraguaçu Paulista (SP)	134,87	0,09	12,01	18.190,93	0,01
Vitória das Missões (RS)	140,48	0,08	11,17	19.735,08	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos uma correlação de – 34,8% para este grupo, o resultado pode sugerir que quanto maiores os repasses menor seria o crescimento, já que a correlação é negativa, porém é importante ressaltar que a distribuição de recursos não é aleatória, assim municípios com piores indicadores econômicos tendem a apresentar índices mais elevados de pobreza, o que leva a uma demanda maior por recursos dos programas sociais.

Separando os municípios que receberam mais recursos do bolsa família por habitante do que a média nacional construímos a tabela 5:

Tabela 5: Dados dos municípios com repasses acima da média nacional

	Repasso <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Cametá (PA)	406,85	0,09	37,06	165.528,97	0,01
Prainha (PA)	851,60	0,06	53,77	725.216,98	0,00
Mata Roma (MA)	904,15	0,12	104,16	817.479,69	0,01
São Raimundo do Doca Bezerra (MA)	942,75	0,07	61,31	888.775,85	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para este conjunto de dados a correlação encontrada foi de -18,3%, assim como no caso anterior este resultado, embora demonstre uma correlação muito fraca, apresenta um resultado negativo.

Quando aplicamos a correlação aos municípios que recebem repasses inferiores à média nacional, conforme separamos na amostra da tabela:

Tabela 6: Dados dos municípios com repasses abaixo da média nacional

	Repasso <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Cerquilha (SP)	8,89	0,05	0,43	79,01 me a	0,00
Balneário Camboriú (SC)	7,15	0,07	0,48	51,19	0,00
Doutor Pedrinho (SC)	2,09	0,13	0,27	4,35	0,02
Rodeio (SC)	41,27	0,05	2,20	1.703,33	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

A correlação encontrada também é negativa, porém demonstra uma correlação mais forte que as demais amostras, de -52,4%. Ainda assim é provável que o resultado tenha mais relação com o fato de que os municípios com maiores dificuldades para atingir um desempenho econômico elevado tenham maior número de famílias elegíveis para o recebimento dos recursos, e não o contrário.

Separamos a amostra por tamanho de município para verificar se podemos identificar alguma correlação relevante, assim os dados foram divididos da seguinte forma:

Municípios com até 5000 habitantes, são eles, São Raimundo do Doca Bezerra (MA), Vitória das Missões (RS), Doutor Pedrinho (SC):

Tabela 7: Dados dos municípios Até 5.000 habitantes

	Repasse <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
São Raimundo do Doca Bezerra (MA)	942,75	0,07	61,31	888.775,85	0,00
Doutor Pedrinho (SC)	2,09	0,13	0,27	4,35	0,02
Vitória das Missões (RS)	140,48	0,08	11,17	19.735,08	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor.

Municípios com número de habitantes entre 5001 e 20000, Rodeio (SC), Jijoca de Jericoacoara (CE), Mata Roma (MA):

Tabela 8: Dados dos municípios entres 5.001 e 20.000 habitantes

	Repasse <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Mata Roma (MA)	904,15	0,12	104,16	817.479,69	0,01
Jijoca de Jericoacoara (CE)	140,29	0,18	25,75	19.681,14	0,03
Rodeio (SC)	41,27	0,05	2,20	1.703,33	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Municípios com número de habitantes entre 20001 e 100000, Cerquilho (SP),
Prainha (PA), Paraguaçu Paulista (SP):

Tabela 9: Dados dos municípios entres 20.001 e 100.000 habitantes

	Repasse <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Prainha (PA)	851,60	0,06	53,77	725.216,98	0,00
Cerquilho (SP)	8,89	0,05	0,43	79,01	0,00
Paraguaçu Paulista (SP)	134,87	0,09	12,01	18.190,93	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor.

Municípios com número de habitantes entre 100001 e 500000, Macapá (AP),
Balneário Camboriú (SC) e Cametá (PA).

Tabela 10: Dados dos municípios entres 100.001 e 500.000 habitantes

	Repasse <i>percapita</i> em 2017 (X)	Varição média do PIB entre de 2014 a 2020 (Y)	x.y	x.x	y.y
Cametá (PA)	406,85	0,09	37,06	165.528,97	0,01
Macapá (AP)	148,05	0,05	7,61	21.918,92	0,00
Balneário Camboriú (SC)	7,15	0,07	0,48	51,19	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados de correlação encontrados foram, respectivamente -76,9%, 7,7%, -1,4% e 72,3%. Somente nos municípios acima de 100.000 Habitante é possível identificar uma correlação positiva relevante. Mas dada a forma pouco constante das correlações não é possível fazer uma afirmação mais assertiva, inclusive por termos utilizado uma amostra muito pequena.

5.2. Análise dos resultados.

Uma vez realizadas as correlações e verificados os resultados há a necessidade avaliá-los de forma crítica e isenta. A primeira informação relevante é a análise da correlação com todo o conjunto dos 12 municípios e a correlação apresentada é de -3,4 %. De forma racional para um programa que segundo Schwarzer (2014) corresponde a um gasto de algo em torno de 0,5% do PIB, é bastante natural que observemos uma correlação linear muito próxima de zero, o que indica não haver uma correlação clara, o crescimento ou não do PIB não manifesta aderência com os dados referentes aos repasses do Programa Bolsa Família.

Quando observamos os dados dos municípios que recebem repasses dos recursos do programa por habitante acima da média nacional o resultado de -18,3%. Apresenta uma correlação negativa e muito pouco relevantes, mesmo havendo municípios como São Raimundo do Doca Bezerra e Mata Roma, nos quais os repasses do Programa Bolsa Família em 2017 representaram mais de 10% do PIB em 2017 e, embora, conforme (NERI; VAZ; SOUZA, 2013) o efeito multiplicador do programa seja de 1,78, isto não é observado de maneira relevante na análise de correlação.

Quando analisamos os municípios que receberam repasses próximos a média nacional e abaixo da média os resultados são respectivamente -34,8% e -52,4%, este resultado poderia indicar que quanto maior o repasse menor seria a elevação do PIB. Porém é fundamental termos clareza de como são definidas as famílias elegíveis para o programa e, portanto, este resultado deve demonstra como o maior dinamismo econômico tendem a reduzir, não de maneira absoluta, mas de maneira proporcional, o número de famílias elegíveis para o recebimento do benefício. Assim municípios que tendem a ter desempenho econômico pior que a média nacional acabaram tendo maior número de beneficiários.

Quando separamos os municípios pelo seu tamanho os resultados apontam para uma correlação negativa forte para os municípios menores (até 5.000 habitantes) -76,9%, já para os municípios maiores (entre 100.000 e 500.000) há uma correlação positiva forte para 72,3%. Para os demais municípios índice de correlação muito próxima de zero indica não haver correlação. Este resultado deve ser analisado com cautela, já que o número reduzido de municípios utilizados para a análise pode ter interferido de maneira significativa nos resultados.

Todavia é possível que outras fontes de recursos aplicados, sobretudo os que visavam reduzir as desigualdades regionais podem ter levado a um maior desenvolvimento de municípios médios e grandes mais pobres, que por sua vez também possuíam maior número relativo de famílias elegíveis para o Programa Bolsa Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método estatístico da Correlação Linear pode indicar se há ou não uma correlação identificável entre dois conjuntos de dados, porém é fundamental observar que esta correlação não implica necessariamente em uma causalidade. Assim, mesmo que seja identificada uma correlação é possível que ela esteja relacionada a outras variáveis que não estão sendo observadas no estudo.

A variação dos indicadores econômicos é multidimensional, desta forma é difícil separar todas as variáveis envolvidas e atribuir um peso específico a cada uma delas. Nos anos escolhidos para o estudo tivemos grande instabilidade política e econômica, provocadas por um processo eleitoral turbulento e o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, sucedida por uma gestão política e econômica controversa e uma pandemia capaz de levar a uma recessão global que penalizou de forma extremamente dura especialmente os mais pobres.

O Programa Bolsa Família foi elaborado, não como um instrumento macroeconômico, mas sim como um elemento de redução das desigualdades sociais e combate à pobreza e extrema pobreza. Nestes dois papéis é possível afirmar que o programa foi profundamente exitoso.

Porém, quando tentamos estabelecer uma relação entre o Programa Bolsa Família e desenvolvimento econômico local, ao menos utilizando o método de correlação linear não é possível estabelecer uma relação clara, o tamanho da amostra, diferenças regionais e outras políticas públicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos, além das decisões de alocação de recursos das estatais e empresas privadas podem ter grande relevância nas flutuações dos resultados econômicos.

Os resultados encontrados aparentemente têm mais relação com os locais onde se concentram as famílias elegíveis para integrar o programa do que realmente apontar para uma relação direta entre programas de distribuição de renda e crescimento econômico.

Sendo assim, não conseguimos identificar uma tendência ou produzir graficamente uma curva com projeções claras que auxiliem na definição de alocação de recursos para políticas públicas futuras.

Todavia, ciente do desafio e da complexidade que representou a análise realizada e necessidade do rigor metodológico e da importância de abordar esta questão

de maneira sistemática e baseada em evidências, os resultados apresentados demonstraram uma provável inexistência de correlação linear relevante ou claramente expressa, ao menos com a ordem de grandeza dos valores apresentados pelas amostras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. Z. de et al. **Política macroeconômica do governo Lula: uma crítica pós-Keynesiana**. 2010.

BARROS, R. P., & MENDONÇA, R. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil** (pp. 227-254). Editora Garamond. 2006

MAURÍCIO, J. S. B. "Impacto do Programa Bolsa Família na economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral computável", publicado na revista Pesquisa e Planejamento Econômico:

BASIC INCOME EARTH NETWORK (BIEN). c2018. Disponível em: <<http://basicincome.org/>>. Acesso em: 15abr. 2018.

BELCHIOR, Mirian. **A aplicação do Planejamento Estratégico Situacional em governos locais: Possibilidades e limites - os casos de Santo André e São José dos Campos**. São Paulo: EAESP/FGV, 1999.

BOGONI, N. M.; NELSON, H.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 159-179, 2011.

BRAGA, H. M. C. B. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e Publicações científicas**. São Paulo: Laços, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Bolsa Família. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/programas-sociais/bolsa-familia> Recuperado em 10.mar.2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**, v. 20, n. 3, p. 63-96, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Democracia, estado social e reforma gerencial**. Revista de Administração de Empresas, v. 50, p. 112-116, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do Estado patrimonial ao gerencial**. Letras, v. 222, n. 259, p. 222, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Lua Nova: Revista de cultura e política, p. 49-95, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. **Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, p. 15-48, 1999.

CAMPELLO, T.; MELLO, J. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; CAMPELLO, T.; NERI M. C.(Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**:– Brasília, DF: Ipea, 2014.

CEPAL. **Desarrollo social inclusivo: Una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad en América Latina y el Caribe (2015)**. Santiago/CL: ONU/CEPAL, 2016.

CHEIN, Flávia. **Introdução aos modelos de regressão linear: um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2019.

CIEL, Ana Claudia Del. **O Programa Bolsa Família e a desigualdade social no Brasil: o efeito multiplicador do programa na renda familiar, no consumo e nas economias locais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

COSTA, P. (Orgs.) **O Brasil sem Miséria**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, 2014.

DANIEL, Paulo et al. Macroeconomia Keynesiana e a política econômica brasileira durante o governo Lula. **Anais do IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas: desenvolvimento sócio econômico: uma abordagem interdisciplinar**, Criciúma, SC: UNESC, v. 4, n. 4, 2014.

FALCÃO, T. Bolsa Família: pobreza e desigualdade em debate. *Inclusão Social*, 6(2), 39-48, 2014.

FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; RAVALLION, M. Poverty reduction without economic growth?: explaining Brazil's poverty dynamics, 1985-2004. **Journal of Development Economics**, 93(1), 20-36, 2010.

Ferreira, F. H. G. et al. (2011). "Conditional cash transfers: reducing present and future poverty". Policy Research Working Paper 5828, World Bank

FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert R. **Conditional cash transfers: reducing present and future poverty**. World Bank Publications, 2009.

FILGUEIRAS, L. (2007). "O Bolsa Família e a nova política social brasileira". *Revista Katálisis*, 10(1), 19-28.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2019). "Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania". *Série Estudos e Pesquisas: Informação para o Desenvolvimento Social*, 61.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA, 2019.

KON, ANITA. Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n.3, São Paulo: FGV, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901994000300005> Acesso em: 01.mar.2023

LOTTA, G. e VAZ, J. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 66, nº2, p. 171 – 194, abr/jun, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v66i2.409> Acesso em 01.mar.2023.

MAGALHÃES LIMA, A.; ALCÂNTARA ALENCAR, D. Crescimento econômico brasileiro à luz da teoria pós-keynesiana de distribuição funcional da renda. **A Economia em Revista - AERE**, v. 30, n. 2, 27 Dec. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/62455/751375155486> Acesso em 01.mar.2023.

MUNARETTO, L. F. et al. Um estudo sobre Programa Bolsa Família (PBF): o caso dos municípios que integram a associação dos municípios da zona da produção (AMZOP). Anais do **IV SINGEP**, São Paulo/SP, nov., 2015. Disponível em: <http://www.singep.org.br/4singep/resultado/116.pdf> Acesso 01.mar.2023.

OREIRO, J. L.; MAGALHÃES, L. C. G. A equação de Cambridge e o Novo Teorema de Pasinetti nos modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição de renda. **Revista de Economia Política**, vol. 39, nº 3 (156), p. 485-508, jul/set, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2991> Acesso 01.mar.2023.

PAES-SOUSA, R., SANTOS, L. M., MIAZAKI, É. S. Effects of a conditional cash transfer programme on child nutrition in Brazil. **Bulletin of the World Health Organization**, 89(7), p. 496–503, abr., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.2471/BLT.10.084202> Acesso em 01.03.2023

PINHEIRO, W. G.; VIEIRA, E. T.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. As Relações Entre o Índice de Gini com o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto dos Municípios Da RMVPLN sob a ótica do desenvolvimento regional. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, p. 43-66, 2019. Disponível em: 68

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1274> Acesso em 01.mar.2023.

PIRES, R. R. A., & COSTA, P. R. (2017). Programa Bolsa Família e mercado de trabalho: uma análise dos efeitos na economia brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(2), 307-324.

PITTA, I. T. T. R.. **Sucesso eleitoral e qualidade de gestão: o caso do Programa Bolsa Família**. Dissertação de mestrado do Programa Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, São Paulo/SP, 2018.

PONTUAL, P.; ALMEIDA SILVA, C. C. R. Participação popular nos governos petistas: trajetórias, mecanismos e caráter. In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (org). **Governo e Cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 61-70.

ROCHA, S. O Programa Bolsa Família Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas/SP, v. 20, nº 1, p. 113 – 139, abr., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000100005> Acesso em 01.mar.2023

ROSA VIEIRA, C.; ALBERT, C. E.; BAGOLIN, I. P. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, v. 19, n. 1, 2008.

SANTOS, L. M. P.; PEREIRA, L. L.; SOARES, M. D.; HENRIQUE, F. C. S.; GUADAGNIN, S. C.; SANTOS, S. M. C. DOS. Avaliação do Programa Bolsa Família em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e cumprimento das condicionalidades de saúde. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 4, p. 139-165, dez, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18569/tempus.v5i4.1063> Acesso em 01.mar.2023

SANTOS, Patrícia Eveline. ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL NO PERÍODO DE 2002 A 2008 E O EFEITO MULTIPLICADOR SOBRE O PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL.

SAUGO, D. A.; SANTOS, P. E. Análise da política fiscal no período de 2002 a 2008 e o efeito multiplicador sobre o produto interno bruto no Brasil. In: **III JOPEC – Jornada de Pesquisas econômicas, Horizontina, RS: FAHOR, 2012. Disponível em: [http://fahor.edu.br/images/Documentos/Biblioteca/Publicacoes/JOPEC/2012/ANALISE DA POLITICA FISCAL PER%C3%8DODO 2002 2008 EFEITO MULTIPLICADOR SOBRE PIB.pdf](http://fahor.edu.br/images/Documentos/Biblioteca/Publicacoes/JOPEC/2012/ANALISE_DA_POLITICA_FISCAL_PER%C3%8DODO_2002_2008_EFEITO_MULTIPLICADOR SOBRE PIB.pdf). Acesso em: 01.jul.2023.**

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, N. A. M. **Programa Bolsa Família: Impactos e desafios no enfrentamento à pobreza no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras/RJ, 2014.

SILVA, D. I.; FERREIRA FILHO, J. B. S. Impactos dos programas de transferência de renda Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico- PPE**, v. 48, nº1, p.161 -181, abr, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8352/1/PPE_v48_n01_Impactos.pdf Acesso 01.mar.2023

SILVEIRA, M. R.; JULIO, A. S. Os investimentos em transportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o efeito multiplicador brasileiro a partir do governo Lula da Silva. **Journal of Transport Literature**, v. 7, nº4, p. 199-224, out., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jtl/a/hJJx3MNHckChRv8ksw6zxcR/?format=pdf&lang=pt> Acesso 01.mar.2023

SOARES, F. V.; SOARES, S. S. D.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisas Economia Aplicada- IPEA, nº 1228, out., 2006. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1905/1/TD_1228.pdf Acesso 01.mar.2023

SOARES, S.; SÁTYRO. N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n° 1424, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2598/1/TD_1424.pdf Acesso 01.03.2023

SOARES, S., RIBAS, R. P., & OSÓRIO, R. G. Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade". **Econômica**, 12(1), 39-66, 2010.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez / Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____ **Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 9, n° 2, p. 286–297, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7032>. Acesso em: 01.mar.2023.

VALENTE, E.; FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. G. M. Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento sócio econômico e o debate no Brasil contemporâneo. **Estatística e Sociedade**, n° 2., nov. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/estatisticaesociedade/article/view/36554> Acesso 01.mar.2023

VAN PARIJS, P.; VANDERBORGHT, Y. **Renda Básica de Cidadania, argumentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VICECONTE; N. **Introdução à Economia**. São Paulo: Frase Editora, 2010.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

World Bank. Bolsa Família: how Brazil is fighting poverty through cash transfers. World Bank, 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/results/2019/05/06/bolsa-familia-how-brazil-is-fighting-poverty-through-cash-transfers>

Acesso em 10.mar.2023